UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JORGE MARTINS EVANGELISTA JÚNIOR

EDUCAÇÃO POPULAR, CONHECIMENTO AFRODIASPÓRICO E EDUCACÃO QUILOMBISTA: CONFLUÊNCIAS ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE.

BELÉM-PARÁ
2026

JORGE MARTINS EVANGELISTA JÚNIOR

EDUCAÇÃO POPULAR, CONHECIMENTO AFRODIASPÓRICO E EDUCAÇÃO QUILOMBISTA: CONFLUÊNCIAS ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, na Linha: Educação, Cultura e Sociedade, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação

Linha de pesquisa: Educação Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lúcia Isabel da Conceição Silva

BELÉM-PARÁ
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

E92e Evangelista JÚnior, Jorge Martins.
EDUCAÇÃO POPULAR, CONHECIMENTO AFRODIASPÓRICO E EDUCACÃO QUILOMBISTA: CONFLUÊNCIAS ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE. / Jorge Martins Evangelista JÚnior. — 2026.
100 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2026.

1. Cursinho popular; Educação popular; Conhecimento afrodiaspórico; Quilombo educacional.. I. Título.

CDD 370

JORGE MARTINS EVANGELISTA JÚNIOR

EDUCAÇÃO POPULAR, CONHECIMENTO AFRODIASPÓRICO E EDUCACÃO QUILOMBISTA: CONFLUÊNCIAS ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, na Linha: Educação, Cultura e Sociedade, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lúcia Isabel da Conceição Silva

Data de Aprovação: 11/02/2026

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dr.ª Lúcia Isabel da Conceição Silva – Orientadora
PPGED/ICED/UFPA
Presidenta da banca examinadora

_____

Prof. Dr. Waldir Ferreira De Abreu
PPGED/ICED/UFPA
Membro Interno

_____

Prof. Dr. João Colares Da Mota Neto
PPGED/CCSE/UEPA
Membro Externo

À, Nurmahomed Lassano Norgy (In memoriam)

AGRADECIMENTOS

Dizem que a vida é um percurso, se ela for assim, chego ao fim de mais uma etapa desta trajetória. Fase breve e bem conturbada. Nela tive a oportunidade de atravessar o Atlântico e ficar às margens do Oceano Índico, em Moçambique, algo que nem nos meus sonhos mais profundos eu poderia imaginar.

À minha família, em especial minha irmã Júlia e sobrinha Agatha, que, sem saber, me ajudaram nos momentos mais difíceis da vida e estão presentes diariamente nessa vida contemporânea. À Letícia, que me ensina todos os dias partilhar as coisas boas da vida. À minha tia Rosa e meu primo Kleber, que me ensinaram o sentido da esperança. Meu primo Kel que esteve em todos estes momentos.

Aos professores moçambicanos Chemane, Chadreque, Humbane, Filimone, Castiano e Mucale; à escritora Paulina Chiziane; em especial, ao meu supervisor de intercâmbio José Flores; ao professor Tiago e especialmente à professora Sônia André, que foram fundamentais para o processo de construção desta dissertação, com todas as contribuições recebidas; e à Universidade Pedagógica de Maputo pela acolhida.

Aos entrevistados nessa pesquisa: Rita, Nuro, Eduardo e Neima. Aos amigos de Moçambique Paulo, Solange, Samir e Grande Homem. Aos amigos brasileiros que conheci em Maputo, Eliana, Wanda, Alex, Pedro, Olavo, Jordana, Francys, Edimara e Lilian, que seguraram minhas mãos em diversos momentos. E, em especial, à Luciana, que desde a África Sul sempre nos ajudou bastante na jornada.

À CAPES, agência financiadora, tão necessária para o fomento da pesquisa nacional, que financiou meu mestrado com bolsa permanência e também me concedeu bolsa de mestrado sanduíche para o intercâmbio em Moçambique.

Agradeço ao CEERT, em especial ao Programa Prosseguir, que me fortaleceu desde 2023 com espaços de formação para a juventude, onde conseguimos construir um grande quilombo. Meus agradecimentos a todos os jovens que participam do programa.

Durante esse tempo de mestrado, diversos sujeitos sociais passaram por minha vida. Por isso, é lógico e normal esquecer alguém, pois minha memória não é fotográfica e, depois do período da COVID, e atualmente com muitas noites mal dormidas em hospitais, acompanhando meu pai, não anda nada bem.

Agradeço à minha orientadora, Lúcia Isabel, companheira de lutas desde 2016 no Emancipa e hoje na Rede Confluências e Prosseguir, que como orientadora teve paciência com minhas ausências, mostrou caminhos possíveis e não me deixou desistir. Também agradeço a João Colares e Waldir de Abreu, que sempre dedicaram parte significativa do seu dia à leitura deste trabalho.

Em âmbito nacional, aos companheiros da Rede Confluências: Mauricio, Tati, Guilherme, que entraram em minha vida e nunca mais saíram. Aos quilombistas locais da Rede Confluências: Angélica Albuquerque, Avner, Angélica Barros, Marilene, Daniel, Yuri, Maíra, Jean, Rayol, Inêz, Raíssa, Samara, Larissa e Miná. Aos amigos que o PSOL deixou: Pedrinho, Anderson, Adriano, Rodrigo, Joel e Artur. Aos amigos do curso de História: Adriano, Karina, Wilson, Veruska e Bruno Cesis.

Aos amigos que permanecem desde a adolescência — Diego, Renatão, Maycon, Igor e Bruno — agradeço o companheirismo e os momentos de sabedoria que ao longo desse percurso, me ensinaram o sentido de amizade.

A todos estes e aos que esqueci de nomear dedico estes agradecimentos, mas à Marinette Martins Evangelista, minha mãe, dedico com AMOR todo o aprendizado que me proporcionou em vida e que hoje guardo na memória.

A dzaha dzi famba hi ku kahlula. A kuhlu a tiva a ndlela.
(O jovem anda rápido. O velho conhece o caminho)
Ditado Changana

RESUMO

EVANGELISTA JÚNIOR, Jorge Martins. Educação Popular, Conhecimento Afrodiaspórico e Educação Quilombista: Confluências Entre Brasil e Moçambique. 2026. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2026.

O objetivo desta pesquisa é compreender e discutir o papel da educação popular e dos cursinhos populares como conhecimento afrodiaspórico e espaço de "Aquilombamento educacional". O estudo pretende analisar como são produzidos esses espaços do movimento de educação popular e como se constituem como territórios de formação educacional e política para jovens e adultos pretos, pardos e periféricos. Compreendemos, nesta pesquisa, que os cursinhos populares pré-universitários são espaços de prática de Educação Popular, processo que vai para além da preparação de jovens e adultos para as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), destacando-se por cumprir um novo papel na luta contra o racismo e democratização do acesso ao ensino superior. Analisamos o processo educativo/formativo praticado nos dez cursinhos populares da Rede Confluências de educação popular de Belém e Ananindeua, assim como traçamos o perfil dos estudantes matriculados, relacionando-os com o público-alvo da lei de cotas, compreendendo como esses territórios de educação popular desenvolvem práticas que auxiliam os estudantes e constroem práticas educacionais contra a lógica nacional neoliberal de educação, imposta por reformas como a do Novo Ensino Médio. Metodologicamente, desenvolvemos a pesquisa com base na Afrocentricidade, Quilombismo e na Escrevivência. Por fim, analisamos narrativas sobre educação popular em Maputo, Moçambique, para compreender as concepções e confluências entre educação popular e conhecimento ancestral em Moçambique e no Brasil. Tal investigação tornou-se possível a partir da realização de mestrado sanduíche, com bolsa Capes - Programa Abdias Nascimento, concedida em 2024. A pesquisa permite concluir que os espaços de educação popular analisados neste trabalho são fundamentais para o desenvolvimento da agência negra, pois contribuem para a experiência coletiva dos sujeitos, para o exercício da liberdade e servem de aquilombamento educacional, contribuindo assim para a construção de uma pedagogia quilombista.

Palavras-chave: Cursinho Popular; Educação Popular; Conhecimento Afrodiaspórico; Quilombo Educacional.

ABSTRACT

.

The objective of this research is to understand and discuss the role of popular education and popular preparatory courses as Afro-diasporic knowledge and spaces for "educational Quilomboization" (a term referring to the formation of quilombos, settlements, and communities within Brazil). The study aims to analyze how these spaces within the popular education movement are produced and how they constitute territories of educational and political formation for Black, mixed-race, and marginalized youth and adults. In this research, we understand that popular pre-university preparatory courses are spaces for the practice of Popular Education, a process that goes beyond preparing young people and adults for the National High School Exam (ENEM), standing out for fulfilling a new role in the fight against racism and the democratization of access to higher education. We analyzed the educational/training process practiced in the ten popular preparatory courses of the Confluências Network of popular education in Belém and Ananindeua, as well as outlining the profile of enrolled students, relating them to the target audience of the quota law, understanding how these territories of popular education develop practices that assist students and build educational practices against the neoliberal national logic of education, imposed by reforms such as the New High School. Methodologically, we developed the research based on Afrocentricity, Quilombismo, and Escrevivência (a concept related to writing and experience in Afro-Brazilian culture). Finally, we analyzed narratives about popular education in Maputo, Mozambique, to understand the conceptions and confluences between popular education and ancestral knowledge in Mozambique and Brazil. This research was made possible through a sandwich master's program, funded by a CAPES scholarship – Abdias Nascimento Program, granted in 2024. The research concludes that the spaces of popular education analyzed in this work are fundamental for the development of Black agency, as they contribute to the collective experience of individuals, to the exercise of freedom, and serve as educational quilombos (maroon communities), thus contributing to the construction of a quilombo-based pedagogy.

Keywords: Popular preparatory course; Popular Education; Afro-diasporic knowledge; Educational Quilombo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 12
1.1. Rastros, vazios e insurgências – Trajetória do pesquisador e da pesquisa 12
1.2. Um breve cenário sobre ações afirmativas e o papel dos cursinhos populares na luta pelo direito à educação 19

2. A AFROCENTRICIDADE E O QUILOMBISMO COMO TEORIAS E MÉTODOS DE PESQUISA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTAS 25

3. UM PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS, EDUCAÇÃO POPULAR E CURSINHOS POPULARES. 36

4. QUEM SÃO OS SUJEITOS DOS CURSINHOS POPULARES OU SUJEITOS EM LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO 41
4.1. Caracterização do contexto; a rede de cursinhos populares 41

5. ENTRE VIVÊNCIAS E SABERES: TECENDO ENCONTROS COM A EDUCAÇÃO POPULAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA MOÇAMBICANA 47
5.1. Educar o povo para ser um novo homem: a educação no processo pós-independência em moçambique 49
5.2. Educação popular, saberes e ancestralidade 52
5.3. "*Mas a gente também fazia um bocado de trabalho subversivo, coisa assim*" – entrevista com "vô nuro" 64
5.4. "*Ali você fica até o tempo que o espirito desenvolver melhor*" – entrevista com "vó rita" 67
5.5. "*Que forma de fazer poesia é essa*?"– entrevista com o jovem salmo 70
5.6. Visões interpretativas: refletindo as práticas 72

6. PARA UMA EDUCAÇÃO POPULAR QUILOMBISTA: A CONTRIBUIÇÃO DA REDE CONFLUÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR 73
6.1. Educação popular é de quem precisa dela: lições da experiência 78
6.2. Os cursinhos populares explicam o mundo 89

7. MAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES 91

6. REFERÊNCIAS 96

1. INTRODUÇÃO

1.1. Rastros, vazios e insurgências – trajetória do pesquisador e da pesquisa

> Não podemos entrar na luta como objetos para nos tornarmos sujeitos mais tarde.
> Paulo Freire

Preciso iniciar essa dissertação relatando alguns eventos ocorridos antes da minha trajetória acadêmica no ensino superior. Os fatos ocorridos nesse período estão intimamente ligados ao meu desenvolvimento acadêmico e profissional e já eram parte da minha militância em defesa da educação pública, mesmo sem ter consciência disso, pois como destaca Paulo Freire, nunca estaremos em uma luta como objetos, sempre seremos sujeitos políticos nela.

Uma das únicas memórias que consigo descrever com qualidade, é de um professor do terceiro ano do Ensino Médio, lá na escola Deodoro de Mendonça. A lembrança é muito afetiva porque se trata do ano de 2003, acredito que ela insere na minha vida uma ruptura com os processos de educação excludentes que vivenciei em toda minha trajetória estudantil e inserem nova perspectiva, algo que Paulo Freire constrói como uma passagem da perspectiva ingênua da realidade para uma consciência crítica e ativa, saindo da passividade e caminhando para a liberdade. Mas isso não significa que nesse momento eu me percebi no mundo, apenas iniciei esse processo a partir de momentos de educação para a liberdade praticado pelo educador. Lembro que eu tinha uma decepção grande com os demais educadores da escola, em sua maioria, homens brancos e com posturas autoritárias, as mulheres também desenvolviam um papel bastante excludente, principalmente a supervisora da escola, que me dizia sempre que eu não ia conseguir nada na vida. Bom, de fato não consegui ainda, um sucesso em relação ao que podemos entender como sucesso em uma sociedade capitalista. Naquele período essas palavras me causavam um impacto imensurável, principalmente porque eu refletia muito sobre a vida e em conversas entre amigos imaginávamos como era que a gente ia estar dali a 20 anos. Alguns acertaram na projeção: não estariam vivos! Alguns colegas daquele grupo foram mortos de forma brutal pelo crime ou pelo Estado criminoso. Na época eu era de uma gangue, acredito que esse foi o primeiro espaço organizativo de que participei, sim,

aquilo era organizativo, de uma forma geral era um espaço novo e de liberdade para nós jovens, que em sua maioria não achávamos na escola uma experiência de liberdade. Nesse período era mais um espaço de silêncio e reprodução de opressões diversas principalmente as racistas.

Mas voltando ao professor, que já era para ter seu nome citado, chamava-se Simeão e lecionava geografia na escola, ele era diferente, me disse uma vez que eu tinha que me libertar, me lembro que perguntei do quê? Ele disse que era da minha consciência limitada, que só com a educação eu ia ser livre. Interessante destacar que ele e outro professor, chamado Élcio, realizavam na última sexta do mês uma roda de samba dentro da escola. Lembro que a escola tinha duas escadas de acesso ao segundo andar, onde eram as salas de aula e um longo pátio que as separava por muitos metros. As salas eram dominadas por grupos rivais e em linhas gerais tinham dono e apenas um grupo limitado de pessoas poderia subir por uma ou por outra escada. Lembro que o Deodoro de Mendonça era conhecido por DM, que não era sigla do seu nome, mas significava “depósito de maconha”. Sim, lá os estudantes eram todos considerados “maconheiros” e “vândalos”, “vagabundos” como a supervisora de corredor nos chamava. Nesse contexto de vida, eu me peguei uma vez perguntando para um amigo sobre como saímos daquilo. Ele também lembrou do Simeão e do Élcio, professores que iam para além da pedagogia crítica, não apenas conscientizavam, eles, como destaca bell hooks (2013, p.273), utilizavam,

> A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração e que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade. (hooks, 2013, p.273).

Aqueles dois professores praticavam uma pedagogia engajada. Sabiam tudo sobre a nossa vida e, por vezes, foram buscar a gente fora da escola, na frente de uma outra escola ao lado, em um espaço de jogos chamado New shopping, e o que eu não notava naquele período era por que todos aqueles jovens voltavam para a sala? Por que a gente não tinha raiva dele, por pegar no nosso pé? Notei depois que essas atitudes faziam com que todos se sentissem próximos e gostassem dele, era

de fato um educador, suas práticas mostraram que era possível sonhar, inclusive com a universidade.

Mesmo com todo esse contexto, terminei o Ensino Médio sem atrasos, em 2003, e tentei várias vezes nos anos seguintes, uma vaga nas universidades públicas no Estado do Pará, por meio dos diversos processos seletivos internos existentes na Universidade Federal do Pará, Universidade Federal Rural da Amazônia e Universidade do Estado do Pará. Naquele período o vestibular das universidades não era unificado via ENEM. Durante os anos de 2004 e 2005, estudei em cursinhos populares. Vale destacar aqui que esses espaços naquele período, não eram denominados assim por causa da educação popular, mas por causa do valor popular da mensalidade. Nesse sentido, os cursinhos populares eram os espaços de preparação ao vestibular que possuía valor acessível para a população. Em 2004, estudei no Movimento Universitário Popular (MUP) que tinha uma sala com mais ou menos 500 jovens. E em 2005, depois da primeira tentativa sem sucesso de entrar nas universidades públicas do Estado, comecei o ano estudando em um cursinho pré-vestibular no colégio SOPHOS, que era um preparatório com valor intermediário, e logo em seguida quando os recursos apertaram fui para o cursinho no colégio IMPACTO, que era “mais popular”.

Durante o período que estudei em cursinho pré-vestibular eu estudava durante o dia, manhã ou tarde e à noite trabalhava como garçom em pizzarias e bares de Belém, para me manter financeiramente. Até que aos 21 anos de idade, no ano de 2006, consegui uma vaga em uma instituição de ensino superior privada no município de Ananindeua, a partir de recém-criado Programa Universidade para Todos (Prouni), no curso de História - licenciatura e Bacharelado, na Escola Superior Madre Celeste – Esmac, em Ananindeua/Pa. As experiências vividas antes de minha carreira acadêmica e profissional, influenciaram decisivamente nas escolhas profissionais e me levaram ao espaço de militante de movimento social de cursinhos populares de que faço parte atualmente.

Acessei o ensino superior no ano de 2006, no Curso de História – Licenciatura e Bacharelado, a partir do processo seletivo de bolsas do PROUNI, onde obtive bolsa parcial de 50%, na faculdade ESMAC, em Ananindeua. Durante meu percurso breve no curso, entre 2006 e 2008, tranquei a matrícula várias vezes, por não possuir dinheiro suficiente para o pagamento da metade da mensalidade. Na trajetória acadêmica no curso, participei de diversos eventos, principalmente de estudantes e

profissionais da área, onde apresentei trabalhos acadêmicos, que não renderam publicações. Também atuei brevemente ministrando aulas nas disciplinas de estágio curricular obrigatório e em um cursinho popular gratuito no bairro da Marambaia em Belém, onde tive minha primeira experiência em educação popular de fato, mas não fiquei por muito tempo no espaço, pois precisei voltar para o banco da sala de aula e novamente tentar uma vaga em uma universidade pública.

Em 2009, depois de várias vezes, semestres após semestres, trancando o curso de história por falta de recursos financeiros para pagamento da mensalidade do curso, decidi me matricular novamente em um cursinho preparatório para a prova do vestibular e tentar uma vaga em uma universidade pública. Isso ocorreu logo em seguida, fui aprovado para a primeira turma do curso de Bacharelado em Museologia da UFPA, do qual sou egresso, via processo seletivo especial, no primeiro semestre de 2009. Consegui acessar o ensino superior público a partir das cotas internas (Escola/Cor), a reserva de vagas na universidade foi aprovada em 2005. Segundo Silva (2022), o processo previa que 50% das vagas dos cursos de graduação deveriam ser reservadas para estudantes de escola públicas, pretos, pardos, indígenas, e pessoas com deficiência. Aqui destaco meu primeiro encontro com as políticas de ações afirmativas, iniciadas nas instituições de ensino superior e em 2012 aprovada como lei, sou um egresso dessa política.

Durante o curso de Museologia desenvolvi diversas ações e de fato vivi a universidade de forma total. Fui bolsista de extensão em um projeto denominado “Além dos muros dos Museus: Memória Social e Musealização da Área DENPASA, onde desenvolvi diversas produções acadêmicas e apresentei trabalhos em espaços acadêmicos, participei da organização de diversos eventos, como o IV, V, VI e VII Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia (ENEMU), esse último, realizado em Belém em 2014, eventos fundamentais para a organização estudantil dos estudantes dos 14 cursos de Museologia existentes no Brasil, em sua maioria criados a partir do Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI), e que funcionavam de forma precária ao redor do Brasil, e que a partir da reorganização estudantil da Executiva dos Estudantes de Museologia, em 2010, na qual fui parte e conseguiu articular várias ações pelo Brasil para melhoria dos cursos. Fui membro, representante discente, da Comissão de Reestruturação, Avaliação e Acompanhamento do Projeto Político. Participei também do Ponto de Memória da Terra Firme.

Durante a trajetória acadêmica e profissional, me desenvolvi, enquanto sujeito ativo, destacadamente durante a minha segunda graduação. Nela, participei da fundação e fui o primeiro presidente do Centro acadêmico de Museologia. Fui membro da Executiva nacional dos Estudantes de Museologia. Na universidade Federal do Pará fui membro de duas gestões no Diretório central dos Estudantes e, concomitantemente, fui membro do Conselho Superior de Administração (CONSAD), do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP) assim como também fui membro do Conselho Universitário (CONSUN) na UFPA.

Em 2011, participei da fundação da Rede Emancipa, movimento social de educação popular em Belém, rede na qual fui parte da coordenação nacional, e atuei na formação e direção do movimento tanto nacional, quanto regionalmente. No mesmo ano iniciei minha experiência partidária, me filiando ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), onde já atuei como dirigente no diretório municipal e estadual.

Na área de Museologia, fui mediador cultural no museu de arte sacra em Belém, assim como atuei como educador na montagem de exposições em Belém. No período de 2011 a 2012, fui professor do ensino básico em uma escola do distrito de Icoaraci em Belém, ministrando a disciplina Educação Patrimonial. Nesse período tranquei o curso de Museologia e voltei ao Curso de História onde ministrei aulas nos estágios obrigatórios. Assim como iniciei a minha atuação voluntária na Rede Emancipa de Belém, ministrando aulas de Atualidades, História e na atuando na coordenação do movimento.

Voltei ao curso de Museologia em 2013 e conclui em 2016. Durante esse período atuei em ações de museologia social no bairro da Terra Firme, no Ponto de Memória da Terra firme, onde desenvolvi diversas ações na área. Depois da conclusão do curso pouco atuei na área de Museologia, principalmente a partir de 2014, quando emergi e me dediquei aos processos de organização da Rede emancipa em Belém e Ananindeua.

No período de 2021-2023, atuei como assessor parlamentar da deputada Federal Vivi Reis, principalmente desenvolvendo ações na área de educação na Câmara Federal. Nesse momento participei da aprovação do PL 1788/2021, que dispunha sobre a prorrogação do prazo de vigência da Lei de Cotas, de autoria do deputado Bira do Pindaré (PSB/MA), tendo o relatório proposto pelo mandato da Deputada.

Atualmente, além da atuação na Rede Confluências, sou educador prestador de serviços do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, CEERT, onde desenvolvo ações de organização do Programa Prosseguir Norte/Belém, um programa de formação de lideranças negras que fornece bolsas de permanência para estudantes negros que cursam o ensino superior em Belém e região metropolitana,

Publiquei recentemente, em coautoria, o artigo “Processos de educação popular das juventudes negras e periféricas: significados e contribuições da Rede Emancipa de cursinhos populares em Belém – Pará (Silva; Cordeiro; Evangelista Junior, 2022), no Periódico Momento - Diálogos em Educação e o capítulo “Educação Popular na Amazônia: 10 anos de Rede Emancipa Belém” (Barros el al, 2023), capitulo no livro Paulo Freire e a educação popular: esperançar em tempos de barbárie, pela Editora Elefante. O primeiro constitui um estudo de caso, feito nas turmas da antiga Rede Emancipa de Belém, sobre a contribuição da educação praticada nos cursinhos para a organização da população negra e periférica de Belém, o segundo, destaca as atividades desenvolvidas na antiga Rede Emancipa de Belém ao longo dos 10 anos de existência na capital do estado do Pará – 2011-2021.

Não vim especificamente da educação popular, mas a educação popular me seguiu por todo o meu caminho, assim como, os cursinhos populares estavam presentes por todos os lados e davam vasão para uma luta que eu escutava nos corredores das escolas e em atos que cada dia eram mais crescentes, que bradavam a necessidade de cotas para os estudantes de escola pública. Naquele momento eu não notava, mas eram em sua maioria negros e de periferia, que pagavam taxas pequenas ou altas em “cursinhos populares”, que na verdade eram “cursinhos com preços populares”, mas não praticavam a educação popular. Mas me recordo que naquele período já escutava de alguns amigos do Guamá que existiam cursinhos pré-vestibular na universidade. Outro aspecto importante para destacar é que os estudantes que foram entrando por cotas começaram a dedicar parte do seu tempo para retribuir o que eles receberam de forma gratuita em algum cursinho popular ou em aulas de redação, esse retorno é de extrema importância, pois, além de servir para continuação das ações representa uma renovação de quadros para o movimento.

As políticas de ações afirmativas nacionais, que foram aprovadas dentro dos muros das universidade, foram fundamentalmente pautadas pelo movimento negro, jovens, que em sua maioria se envolveram em lutas coletivas durantes as décadas

anteriores, por direito a moradia, saneamento, desencadeavam ao final, a luta por educação de qualidade e maior acesso ao ensino médio e ensino superior. Essas conquistas mudam as perspectivas de acesso ao Ensino Superior e fazem com que atualmente, Belém se localize entre as 10 maiores cidades em números de inscritos para o ENEM. Em 2025, as inscrições do ENEM em Belém chegam em 82.478[1], deixando a capital do estado do Pará na sétima posição nacional entre os municípios com maior número de inscritos, 200 inscrições a menos que Belo Horizonte que figura em 6º lugar no mapa painel ENEM 2025, do INEP[2], entre as quais 60,87% são do sexo feminino e 61% de negros. A festa do vestibular e toda cultura criada em torno do acesso ao Ensino Superior na região, é um contexto importante para compreender porque apesar do decréscimo nacional em número de inscritos no ENEM, Belém continua mantendo seus números.

Organizamos a dissertação em sete capítulos. Na introdução, desenvolvemos um breve relato sobre a trajetória da pesquisa, partindo da experiência individual como jovem negro e estudante de escola pública, destacando o papel fundamental de educadores com pedagogias engajadas para a experiência e permanência de jovens negros na escola. Em seguida, na seção 1.2, "UM BREVE CENÁRIO SOBRE AÇOES AFIRMATIVAS E A AÇÃO E O PAPEL DOS CURSINHOS POPULARES NA LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO", apresentamos breve análise sobre o contexto da lei de ações afirmativas e o papel dos cursinhos populares para aplicação da lei, pontuando também o papel desses cursinhos diante do contexto de desmonte da educação nacional, e destacando, por fim, as perguntas e objetivos da pesquisa.

No capitulo dois, de título: A AFROCENTRICIDADE E O QUILOMBISMO COMO TEORIAS E MÉTODOS DE PESQUISA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, desenvolvemos a caracterização da metodologia da pesquisa, contextualizando o papel da educação popular como ferramenta de luta para a construção de uma Educação Quilombista, sendo os cursinhos populares territórios de resistência, acolhimento e afirmação da experiência negra. Como métodos para a pesquisa caracterizamos a Afrocentricidade, o Quilombismo e a Escrevivência.

---

[1] Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYjM0N2JkYzMtZTg4Mi00NjJjLTg2MTItNWY4MmI1MmE4MWUzIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9 . Acesso: 14 de jul 2025.
[2] Idem.

No capítulo três, UM PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS, EDUCAÇÃO POPULAR E CURSINHOS POPULARES, construímos uma revisão integrativa de literatura, realizada no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com três descritores de busca: ações afirmativas; lei de cotas; cursinhos populares.

No quarto capítulo, QUEM SÃO OS SUJEITOS DOS CURSINHOS POPULARES/ OU OS SUJEITOS EM LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO? analisamos o perfil dos estudantes dos cursinhos populares da rede Confluências, relacionando-o com o público-alvo da lei de ações afirmativas. Considerando, assim, seu papel fundamental enquanto abrigo para os sujeitos sociais, em sua maioria negra, conseguirem formação acadêmica e política para acessar o ensino superior.

O capítulo cinco, ENTRE VIVÊNCIAS E SABERES: TECENDO ENCONTROS COM A EDUCAÇÃO POPULAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA MOÇAMBICANA, é composto pelas reflexões construídas durante o período de intercâmbio em Maputo, Moçambique, fruto da bolsa Sanduíche. Nele, analisamos as confluências entre a educação popular e a ancestralidade, utilizando narrativas de vida, músicas e literatura para compreender como se desenvolvem esses espaços de resistência na cidade de Maputo.

No capítulo seis, PARA UMA EDUCAÇÃO POPULAR QUILOMBISTA: A CONTRIBUIÇÃO DA REDE CONFLUÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR, analisamos, a partir da experiência da rede Confluências de Belém e Ananindeua, os cursinhos populares como espaços de educação popular Quilombistas, para isso destacamos a educação popular como caminho possível para um novo sentido de ensino, solidário e comunitário.

No capítulo final, MAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, refletimos sobre os caminhos da pesquisa, retomando algumas reflexões sobre a educação quilombista e o seu papel para a atualidade e para os sujeitos sociais que a produzem.

1.2. Um breve cenário sobre ações afirmativas e o papel dos cursinhos populares na luta pelo direito à educação

Os dados indicam contrações nos números de inscritos no Exame nacional do Ensino Médio – ENEM, que apresenta perda circunstancial nos seus números desde

2014, passou de 8.7 milhões para atualmente 4.3 milhões, em 2024, com variações ao longo dos anos e com perda abrupta em 2021 quando alcançou apenas 3.3 milhões, retrocesso para os números alcançados no ano de 2007 (INEP, 2024). Pode-se inferir que tais contrações são consequência não apenas do período da pandemia mundial de COVID-19, mas influenciadas por cortes sucessivos no orçamento da educação, mudanças no ensino médio aprovadas desde 2017, e que, influenciaram negativamente na busca pelo ensino superior, principalmente para o público jovem. Somam-se o contexto de ataques às universidades, a exemplo dos discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro, que pronunciava, sempre que podia, coisas como “aluno de universidades brasileiras faz tudo, menos estudar" (Portal G1, 2009), ou algum de seus ministros da educação, como Milton Ribeiro que proferia coisas do tipo “a universidade deve ser para poucos” (Folha de SP, 2021). Mesmo assim, os sujeitos entendidos como excluídos, principalmente a população negra, continuam sua batalha por acesso aos direitos básicos, principalmente em relação ao acesso do ensino superior.

O percurso para o reconhecimento das reservas de vagas no ensino superior, como política pública de ação afirmativa, foi traçado por diversos embates e lutas, conduzidas principalmente pelos movimentos sociais negros nacionais e tendo como destaque o período de 2003 a 2016, quando a maioria das leis foram aprovadas, segundo Araújo, Musial e Jesus (2022). Nesse período histórico, o combinado entre a ascensão das ações coletivas, encabeçadas por diversos sujeitos sociais, organizados em movimentos sociais ou não, que buscavam a maior oferta de oportunidades e acesso aos direitos básicos, encontram-se com maior abertura para o diálogo político, nos governos do partido dos trabalhadores (PT), que aplicavam seu eixo normativo na conciliação de classes. Espaço para a aprovação e atenção para as pressões sociais proveniente dos movimentos, em destaque as desenvolvidas pelos movimentos negros, foram fundamentais para a aprovação de leis, que desenvolve papel fundamental para a democratização do direito à educação.

Em outro aspecto, a luta por um modelo educacional mais democrático e a defesa da escola permeou as lutas ao longo da década de 2010, nessa década tivemos diversos acontecimentos, dentre os quais destacam-se as ocupações das escolas por estudantes secundaristas, ocorridas em São Paulo e outras capitais durante o ano de 2015 e 2016. As ocupações tinham como umas das pautas principais a luta contra o modelo educacional vigente, por maior democracia nas escolas e contra

a reforma do ensino médio, como afirmam, Corsino e Zan (2020), e seus atores eram, principalmente, jovens negros.

As crises nacionais democráticas que se seguiram durante a década de 2010 e 2020, e que tiveram como consequência o impeachment da ex-presidenta Dilma Roussef, a chegada de Michel Temer e Bolsonaro ao poder, com pautas conservadoras e de extrema direita, provocaram grande oscilação nas conquistas democrática, sobretudo às direcionadas à população negra. Dentre as quais Araújo, Musial e Jesus (2022), destacam entre outras a extinção de secretárias de igualdade racial, a secretaria de educação continuada. Em linhas gerais, segundo os autores, o governo Bolsonaro promove um grave "desmonte das políticas sociais focalizadas no enfrentamento das desigualdades existentes na sociedade Brasileira" (Araújo; Musial; Jesus, 2022, p.3).

Nilma Gomes e Salomão Ximenes (2022) destacam, que apesar do momento nacional de crise política, e da pandemia de covid, a lei de cotas

> permaneceu dando frutos, os quais dizem respeito a uma inserção maior de negros, indígenas, estudantes de escolas públicas, pessoas com deficiência e de baixa renda nas Instituições de Ensino Superior, com destaque para as públicas. (Gomes; Ximenes, 2022, P. 1).

Gomes e Ximenes (2022), destacam que apesar da década conturbada, que provocou um momento nacional de crise política, cortes no orçamento da educação, reformas ou deformas no ensino médio, além da crise humanitária decorrente da pandemia de covid, as leis de ações afirmativas contribuíram decisivamente para a retomada democrática, já que a maior inserção de diversos sujeitos em espaços de poder "permitem aos sujeitos pertencentes aos coletivos diversos e transformados em desiguais nas relações de poder o direito de estar nos mais diferentes espaços e instituições sociais" (GOMES; XIMENES, 2022, P. 1). Nesse sentido, as ações afirmativas mexem com as estruturas, tanto do sistema educacional quanto das sociais como um todo e ajudam a equilibrar as relações de poder. Sendo assim, espaços de formação política como os cursinhos populares são de extrema importância para o acesso desses jovens.

No ano de 2022, a lei n° 12.711/2012 e sua posterior regulamentação, o Decreto n° 7.824/2012, completaram 10 anos de promulgação. Essa lei, comumente chamada de lei de cotas ou lei de ação afirmativa, dispõe sobre a reserva de no

mínimo 50% das vagas nas instituições federais de educação superior, para estudantes de escola pública, que se autodeclaram pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, com renda per capita familiar igual ou inferior a um salário-mínimo e meio. É notório que a lei contribuiu decisivamente para o acesso e a democratização do ensino superior, para o público direcionado em seu teor, mas principalmente para pretos e pardos, como apontam as contribuições desenvolvidas no trabalho organizado por Denise Carreira e Rosana Heringer (2022).

Além disso, a pesquisa de Heringer e Carreira (2202) conta com diversos estudos de casos realizados em seis universidades federais do Brasil, analisando os 10 anos da lei de cotas, aponta diversos desafios ao mesmo tempo em que traz uma série de recomendações para o aperfeiçoamento da política, principalmente para as cotas raciais. Para as autoras, o fortalecimento da lei passa por sua maior institucionalização e tratamento da política de forma transversal nas universidades. Nesse cenário, indicamos algo tratado indiretamente nas análises do livro e que será objeto de estudo nesse trabalho, os cursinhos populares pré-universitários, que estão no entorno da lei desde os primeiros debates sobre a criação de políticas afirmativas nas universidades, mas que ainda não são fruto de trabalhos mais contundentes que avaliem seus subsídios para a aplicação da lei.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, quatro fatos relevantes ocorreram, em primeiro lugar, em 2023 logo após a aprovação na seleção desse mestrado, a aprovação Lei nº 14.723 de 13 de novembro de 2023, que atualiza a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida popularmente como a lei de cotas e ações afirmativas, que regulamenta a reserva de 50% de vagas nas instituições de ensino superior para estudantes advindos do ensino público. Em segundo lugar, a criação do decreto nº 12.410, de 13 de março de 2025, que regulamenta o programa diversidade na universidade, e institui a Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), com a consequente destinação de recursos para 130 cursinhos populares em todo o território nacional[3]. Em terceiro, em 2025, a movimentação nacional que criou A “CARTA DOS CURSINHOS POPULARES” e Apoiadores da Educação Popular Antirracista”, questionando os critérios para inscrição dos cursinhos populares no edital do CPOP, assinada por mais de 140 organizações nacionais que desenvolvem cursinhos

[3] Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cpop/documentos/edital-chamada-publica.pdf acesso em: 20 jan 2026.

populares ou parceiros, com destaque para as entidades do movimento negro organizado. E por fim, a fundação em 2025, da Rede Confluências de Educação Popular, movimento nacional que os cursinhos de Belém e Ananindeua que faziam parte da Rede Emancipa estão construindo atualmente.

Os quatro eventos são importantes para a construção dessa dissertação, primeiro porque mostram a vivacidade e força do movimento de educação popular nacional e local, e as consequentes conquistas, frutos da permanente mobilização e organização nacional. Em segundo lugar, tais fatos, serão fundamentais para desenvolvem o impacto positivo ou negativo no movimento, já que repetem outros aparelhamentos promovidos pelo partido dos trabalhadores em décadas e gestões anteriores, no caso o controle e dependência ainda maior dos cursinhos para desenvolverem suas ações, e ao mesmo tempo, espaço ainda maior para crescimento do movimento de educação popular através do cursinhos, dando território para mais praticas educacionais alternativas para a atualidade da educação nacional.

Por fim, é importante destacar que o autor deste trabalho de mestrado é militante de um movimento social de educação popular, denominado Rede Confluências. E a proposta apresentada aqui, é fruto de reflexões desenvolvidas a partir das experiências desse militante no movimento, durante a atuação que completa em 2023, doze anos de ações de formação e luta desenvolvidas nos Cursinhos Populares de Belém, Ananindeua, Santarém e Marabá. Participei também em 2022, quando era assessor parlamentar da Deputada Federal, Vivi Reis, da elaboração e aprovação do relatório do Projeto de Lei 1788/2021, na comissão de Direitos Humanos e Minorias, que tratava sobre a revisão da lei de cotas. Sendo assim, esse estudo de mestrado é de grande importância para qualificar nossas experiências no movimento e serão utilizadas de forma política para garantir ainda mais o direito à educação.

Cabe ressaltar a concepção de “quilombo educacional”, como é exercício político, como nos propõe, Zélia Amador de Deus, (2020), um quilombo educacional nesse sentido, se faz na atualidade como um espaço de resistência ao padrão educacional institucional do Estado, onde a lógica da educação é apenas formar as massas para o mercado de trabalho.

Nesse contexto, este trabalho busca dialogar com as seguintes questões:

- Seriam os cursinhos populares espaços de “Aquilombamento educacional”?

- Justamente porque proporcionam não apenas espaço de formação e obtenção de capital cultural (preparação para a prova do vestibular), mas porque estão para os sujeitos que o constituem, como abrigo e território para acolhimento, formação política e troca de experiências?
- Este indicador pode nos mostrar que a educação popular praticada nos cursinhos populares é um instrumento político e prático, para os sujeitos perceberem que são capazes de produzir seu próprio sentido no mundo?
- Esse aspecto pode sugerir a constituição de um novo capital cultural para além do legitimo?

Propomos então, discutir essas questões, pensando esses espaços da educação popular como um suporte importante para o sucesso da lei de cotas, se a partir desses espaços os jovens e adultos pretos e pardos, conseguem garantir o direito a educação. Se estes espaços estão para a atualidade o que a garantia da lei estava nas décadas anteriores, se são parte e contribuem para a democratização do acesso ao ensino superior, por consequência para a luta antirracista, sendo suporte para a estratégia atual de construção de igualdade racial via ações afirmativas.

Nesta perspectiva assumimos os seguintes objetivos para este estudo:

1. Compreender e discutir o papel da educação popular e dos cursinhos populares como conhecimento afrodiaspórico e espaço de “Aquilombamento educacional”
2. Analisar o processo educativo/formativo dos cursinhos populares de Belém do Pará, tendo como locus os cursinhos da Rede Confluências de educação popular
3. Analisar qual o papel dos cursinhos populares pré-universitários na construção de uma pedagogia Quilombista
4. Traçar o perfil dos estudantes matriculados nos cursinhos como sujeitos das ações afirmativas de ingresso no Ensino Superior
5. Compreender as concepções e confluências entre educação popular e conhecimento ancestral em Moçambique e no Brasil.

2. A AFROCENTRICIDADE E O QUILOMBISMO COMO TEORIAS E MÉTODOS DE PESQUISA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

As crianças, em qualquer cultura, são portadoras de boas novas. Em vez de serem pensadas como embalagens vazias que precisam ser preenchidas, entupidas de informações, deveríamos considerar que dali emerge uma criatividade e uma subjetividade capazes de inventar outros mundos – o que é muito mais interessante do que inventar futuros.
Ailton krenak

O modelo de educação nacional institucional, promovido através dos grupos hegemônicos que controlam o Estado brasileiro, converge para um fracasso programado que é direcionado para as camadas populares. O sistema nacional de educação é operado para servir de braço forte e suporte para a reprodução da lógica hegemônica de manutenção do status social das elites. Através de fundações educacionais, como Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Falconi Educação, Todos Pela Educação, influenciam e criam leis, como é o caso da lei n. 13.415 de 2017 e suas alterações, conhecida comumente como projeto do novo ensino médio, que, assim como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujo objetivo é tentar homogeneizar o currículo e conter ou impedir experiências educacionais para a criticidade e conscientização, já que limita e esvazia os espaços necessários para um ambiente escolar de criação e valorização da formação humana como espaço de liberdade, reduzindo a carga horária de disciplinas curriculares fundamentais para o desenvolvimento do pensamento crítico, como é o caso da Filosofia, Sociologia e História.

Limitar o acesso dos mais variados grupos sociais “subalternos” aos espaços de poder é uma das operações desenvolvidas para essa manutenção, pois, com a consequente criação de desigualdades, limita a ascensão social. A educação, nesse sentido, continua sendo um dos espaços mais importantes para a exclusão social, já que é nela principalmente que ocorre a formação política e intelectual dessas classes que necessitam ser subordinadas, para que, assim, excluídos desses espaços, não consigam desenvolver o seu exercício de poder. Como Krenak (2020) nos indica, nessa sociedade atual a pergunta que se faz urgente é como vamos inventar novos

mundos? Levando em consideração que está distante inventar novos futuros, partindo das bases existentes?

Paulo Freire, em sua vasta produção intelectual, construiu reflexões que podemos utilizar para dialogar com as indagações de Krenak. Sua produção é, de fato, um compilado de experiências políticas educacionais do povo, uma pedagogia do oprimido, como um de seus livros destaca, uma educação popular centrada nas ideias da educação como um espaço de prática e exercício de liberdade do povo, local de partida para tomada de consciência e ruptura com a ordem estabelecida. Porém, é importante destacar que Paulo Freire estava inserido em um espaço de construção intelectual chamado ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), vinculado ao MEC, local onde dividia reflexões com Antônio Candido, Celso Furtado, Álvaro Vieira Pinto, Abdias do Nascimento, dentre outros, que tiveram grande produção no período anterior ao golpe de Estado que desencadeou uma ditadura civil militar e que colocou em compasso de espera um importante programa educacional nacional.

No mesmo sentido, mas num outro contexto, indicamos como possível lócus de prática de educação contra hegemônica os cursinhos populares, espaços de educação popular que refletem em seu programa uma educação quilombista, abrigo que proporciona não apenas espaço de formação e obtenção de capital cultural (preparação para a prova do vestibular), mas porque estão para os sujeitos que o constituem, como abrigo e território para acolhimento, formação política e troca de experiências. Diante de tudo isso, é importante considerar a educação popular como um instrumento político e prático para os sujeitos perceberem que são capazes de produzir seu próprio sentido no mundo, ou o potencial destacado por Krenak (2020), criar um mundo novo. E, assim, questionar a ideia de que o Norte, Ocidente, e seus modelos vigentes, são o único horizonte ou destino possível.

Um dos desafios principais da educação nacional é a democratização do acesso ao ensino superior, com destaque para a população negra, compreendemos que a educação não está deslocada da luta negra por liberdade, pois, o acesso ao ensino superior e a consequente ascensão social fruto desse acesso é fator fundamental para o exercício da cidadania, espaço importantíssimo para a redução das desigualdades raciais no Brasil. Nos cursinhos populares pré-universitários, que são parte ou são desenvolvidos por movimentos sociais a partir de práticas de educação popular, o maior público é composto por jovens e adultos pretos e pardos, moradores das periferias urbanas, que buscam preparação para acessar o ensino

superior e ingressam no mesmo por meio de políticas de ações afirmativas. Desta maneira, negritamos que os cursinhos populares são extremamente importantes para o sucesso da lei de cotas e ações afirmativas, no que diz respeito ao acesso ao ensino superior e que, por isso, se tornam necessários mais estudos, como o proposto aqui, que classifiquem a contribuição desses espaços de educação popular para a garantia de direitos educacionais à população negra. Nesses espaços, indicamos uma viabilidade para a realização de estratégias educacionais propostas por diferentes intelectuais, com destaque para Paulo Freire.

Nilma Gomes, 2017, considera que o Movimento Negro é um movimento educador, pois, através de uma luta desenvolvida com grande protagonismo, em favor da lei de cotas e ações afirmativas, teve um aspecto político e pedagógico. A partir das articulações presentes nas lutas, os conhecimentos de grupos não hegemônicos ou contra hegemônicos, adquiridos na luta, se transformaram em saberes emancipatórios. Nesse contexto, é importante destacar que tais espaços de construção de conhecimentos se expandem, ao tempo em que novas necessidades são colocadas, sendo assim, consideramos que os cursinhos populares fazem parte de uma nova atualização da luta, são espaços de articulação de saberes emancipatórios, fazem parte de uma nova lógica criada a partir da luta pela democratização do acesso ao ensino superior.

Em outro aspecto importante, Beatriz Nascimento (2014), ao desenvolver análise sobre o termo Kilombo, sua origem africana e relações com o Brasil, destaca que esses espaços eram constituídos com o objetivo de busca por participação social, resistência ao modelo colonial escravocrata, e possuía ideais de união, liberdade e igualdade. A experiência Quilombola, desde a África, inspirou diversos movimentos de luta por liberdade do negro no Brasil, com destaque para o teatro experimental do negro, escolas de samba, grupos de capoeira, clubes sociais e irmandades, onde, em linhas gerais, acontecia a articulação de pedagogias emancipatórias. Na atualidade, destacamos que os cursinhos populares pré-universitários cumprem novo papel para a luta contra o racismo e democratização do acesso ao ensino superior.

Compreendemos que os cursinhos populares são espaços de desenvolvimento da educação popular, onde conseguimos abrigar uma diversidade de sujeitos que ainda sonham com um mundo melhor. Em sua maioria, são negras e negros, mulheres, LGBTI+, que, por fracasso no vestibular ou falta de condições financeiras para pagar um cursinho mercadológico, buscam esses espaços por saber que ali

encontrarão uma educação diferente do perfil que vivenciaram durante toda a vida. Essa escolha, consciente ou inconsciente, é trabalhada ao longo do encontro anual no cursinho para fortalecer a visão de uma educação que foge dos contextos excludentes e individualistas da escolaridade que experimentaram. Nesse contexto, destacamos as considerações sobre o que é educação popular construídas por Gadotti (2012). Segundo ele:

> A **educação popular** como uma concepção geral da educação, via de regra, se opôs à educação de adultos impulsionada pelo Estado, e tem ocupado os espaços que a educação de adultos oficial não levou muito a sério. Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a também, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário. (Gadotti, 2012, p. 14)

O desenvolvimento educacional nos cursinhos, construído a partir da educação popular, busca valorizar justamente as novas epistemologias. Nesse formato de educação, o conhecimento humano, produzido em relações cotidianas e experiências de vida, é reconhecido como conhecimento científico. Nosso norte é desenvolver o sujeito social, valorizando, em primeiro lugar, a experiência de mundo e o acúmulo político desenvolvido para sua sobrevivência e, a partir disso, fomentar outras reflexões, algo que Paulo Freire (1979) compreende como vocação do homem,

> a vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto. Pela ausência de uma análise do meio cultural, corre-se o perigo de realizar uma educação pré-fabricada, portanto, inoperante, que não está adaptada ao homem concreto a que se destina. [...], a educação deve ajudar o homem, a partir de tudo o que constitui sua vida, a chegar a ser sujeito. (Freire, 1979, p. 19)

Compreendemos que a educação popular é um instrumento fundamental de mobilização das classes populares para a garantia de direitos, que vão desde o acesso à educação, saúde, saneamento, cultura, política e territorial. Em linhas gerais, a educação popular é um instrumento de acúmulo político utilizado por diferentes sujeitos sociais para transformar sua realidade. Freire, destaca a educação como suporte essencial para o desenvolvimento do “ser sujeito”. Para o autor, esse caminho, carregado de contradições, pode ser fortalecido ou desconstruído pela

educação. As visões de mundo podem fortalecer contradições, e, nesse sentido, a educação hegemônica tem grande força, mas pode e deve, na nossa visão, descodificar todas essas visões contraditórias, permitindo que o ser humano desenvolva análises que o conscientizem sobre os perigos que posições de opressão podem causar na sua vida.

Esse processo é um abrigo político para acumular e organizar diversas pautas de luta para confluências populares. Nesse sentido, retomamos algumas considerações de Gadotti (2012).

> É sabido, contudo, que a educação não é o agente fundamental da mudança no interior da sociedade capitalista. Mas é sabido também que ela pode ter um peso nessa mudança. A educação pode educar para a *adaptação* e o *conformismo* ou para a *mudança* (Gadotti, 2012, p. 25)

No contexto atual da educação nacional, os movimentos sociais possuem papel fundamental para construção de alternativas educacionais, não necessariamente inéditas, mas renovadas pela necessidade dos sujeitos sociais que constroem suas experiências nesses espaços.

> Educar para outros mundos possíveis é educar para superar a lógica desumanizadora do capital que tem no individualismo e no lucro seus fundamentos, é educar para transformar radicalmente o modelo econômico e político atual, para que haja justiça social e ambiental. (Gadotti, 2012, p. 29)

Educar para a liberdade não se faz apenas com processos de formação política tradicional; a consciência de si não avança para a consciência da classe em si, utilizando Marx, apenas com, e nos espaços tradicionais de militância política, como sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais tradicionais, como o estudantil, ou nos eixos de formação do movimento negro tradicional como, por exemplo, no Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) ou, nacionalmente, no movimento negro unificado (MNU). Nos espaços de educação popular, como nos cursinhos populares, essa formação ocorre em fluxo constante e é destacada neste trabalho. Os militantes que constroem o projeto educacional nesse território também disputam a hegemonia das estruturas de poder da classe trabalhadora e impõem seu projeto. Nesse contexto, destacamos Gadotti(2012), que considera que “A educação popular, por exemplo, tem lutado para tornar-se política pública, portanto, disputar hegemonia

com outras educações no sistema formal de ensino.” (Gadotti, 2012, p. 13). As construções organizadas pelo movimento de educação popular conseguiram recentemente a aprovação do Decreto nº 12.410, de 13 de março de 2025. A disputa do projeto de educação encontra, atualmente, espaço para se desenvolver a partir das dinâmicas de apoio financeiro oriundas da criação da Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), fruto da luta cotidiana do movimento construída nas décadas anteriores e renovada constantemente para enfrentar o projeto de desmonte educacional.

Compreendemos que os cursinhos populares e a educação popular, são abrigos de luta e mobilização, contribuindo para que os sujeitos que assistem às aulas e se preparar para a prova do ENEM avancem na construção de resistências, solidariedade e esperança. Destacamos que esses espaços são quilombos educacionais que enriquecem a experiência negra; processos educacionais desenvolvidos em paralelo à experiência de vida, sem separação cartesiana, e podem ocorrer nas periferias de Belém, Brasil, e de Maputo, Moçambique, como trabalhado nessa dissertação a partir da experiência desenvolvida a partir da militância dos cursinhos e do intercâmbio desenvolvido no mestrado em Moçambique.

Partimos da percepção de que os Cursinhos Populares pré-universitários como espaços de prática de Educação Popular, são processos para além da preparação de jovens e adultos para as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nesses territórios educacionais, são construídas relações de poder e desenvolvem-se formações que estão para além dos conteúdos da educação formal, como matemática, português, história, etc., necessários para acertar questões da prova. Nesses locais, com destaque para os cursinhos da Rede Confluências de educação popular, nosso lócus de pesquisa e que possui 10 cursinhos populares na Região Metropolitana de Belém, desenvolvemos práticas de educação popular baseadas na concepção de Paulo Freire, que compreendia esse espaço:

> Como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. (Freire, 1999, p.19).

Compreendemos, a priori, os cursinhos populares como territórios de luta, onde os diversos sujeitos sociais se organizam para garantir o acesso ao ensino superior. E, destacando o que bell hooks (2022) cita, “as pessoas de classe trabalhadora que estão na academia adquirem poder quando reconhecem que são agentes, reconhecem sua capacidade de participar ativamente do processo pedagógico” (hooks, 2022, p.243). Buscamos, nesse sentido, compreender se esse aspecto é alcançado nas práticas pedagógicas dos cursinhos. No mesmo sentido, Krenak, considera que

> Escola não é um prédio, mas uma experiência, geracional de troca que deveria ser enriquecida e valorizada, na qual as pessoas que passaram por coisas distintas podem compartilhar conteúdos, que ajudem as crianças a se prepararem para a vida adulta. (Krenak, 2020, p.114).

É notável que a sociedade capitalista se utiliza de diversos processos que existem na sociedade para manter seu status, de fato a dominação diante das classes oprimidas é grande e possui grande sucesso, mas aqui é importante destacar que esses espaços de resistência sempre existiram para agrupar parcelas excluídas do poder hegemônico, e, neles, observamos a construção de resistências diversas.

Enquanto a escola se transforma em paredes parecidas com prisões para gerarem desconforto na população, espaços populares surgem sem muros e reinventando novos rumos para o povo. Dessa forma, continuamos a luta para construir espaços onde a descolonização dos saberes se faz concretamente, fazendo, assim, com que as crianças e jovens possam se preparar para uma nova lógica de mundo adulto, onde possam produzir não apenas um novo futuro, mas fundamentalmente um novo mundo, como nos lembra Krenak. Tais práticas estão embebidas de construções teóricas produzidas em vários contextos e momentos históricos brasileiros, mas convergem entre si porque são experiências populares construídas pelos mais diversos e complexos sujeitos sociais para resistir. Tais práticas foram/tem sido combatidas, assim como Paulo Freire, em Angicos, ao propor a alfabetização para trabalhadores rurais. Assim como atualmente, a educação no campo, quilombola e ribeirinha no estado do Pará sofre duras perseguições, com fechamentos de escolas e diversas outras formas. Porém, todas essas experiências necessitam ser sistematizadas e divulgadas.

Abdias do Nascimento (2002) compreende que: “Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (Nascimento, 2002,

p.348). Nesse sentido, os cursinhos populares são território de Aquilombamento Educacional, justamente por desenvolverem práticas Quilombistas, que não seguem a lógica da educação nacional neoliberal, que precariza a escola pública para os estudantes não obterem formação suficiente para acessar o ensino superior. A partir dos dados obtidos das inscrições do processo seletivo, notamos que existem diversos sujeitos sociais que buscam nos cursinhos populares espaços de exercício político e esse exercício político está intimamente relacionado às pautas da luta antirracista, antissexista, antilgbtfóbica.

O acesso ao Ensino Superior continua sendo aspecto fundamental para a democratização e justiça social na Amazônia e no Brasil, destacamos novamente que a educação não está deslocada da luta negra por liberdade. Nos cursinhos populares pré-universitários, que são parte ou são desenvolvidos por movimentos sociais a partir de práticas de educação popular, o maior público, como já demonstrado, é composto por jovens e adultos pretos e pardos, moradores das periferias urbanas, que buscam preparação para acessar o ensino superior e ingressam no ensino superior por meio de políticas de ações afirmativas. Desta maneira, queremos negritar que os cursinhos populares são extremamente importantes para o sucesso da lei de cotas e ações afirmativas, no que diz respeito ao acesso no ensino superior e que, por isso, se tornam necessários mais estudos, como o proposto aqui, que classifiquem a contribuição desses espaços de educação popular para a garantia de direitos educacionais à população negra.

Nesse sentido, analisar dados está para além de comprovar quantitativamente algo, mas como citam as autoras, é importante para compreender a realidade, localizar e combater injustiças sociais, portanto, analisar os dados das inscrições dos cursinhos da Rede Confluências em Belém e Ananindeua e traçar perfis, pode nos orientar para construir fios e rastros sobre os objetivos e quem são os sujeitos sociais que constroem os cursinhos, conferir os padrões de raça/cor, e se os cursinhos populares são espaços de “Aquilombamento Educacional”, servirão de base para compreender se essa é uma das novas etapas da luta antirracista nacional.

Para desenvolver os objetivos definidos, realizaremos pesquisa bibliográfica sobre os temas: educação popular em cursinhos populares; Lei de cotas e ações afirmativas, objetivando compreender se existe um paralelo entre os cursinhos populares e a aprovação das cotas nas obras existentes sobre cursinhos populares no recorte temporal 2003-2012. Buscando compreender quais os conteúdos dos

projetos de lei internos nas universidades federais, até a aprovação da Lei em 2012. Outrossim, buscaremos saber se os cursinhos populares foram ativos nesse processo e se demandaram pautas para construção da disputa pelo acesso ao ensino. Assim como desenvolver pesquisa documental em periódicos para conferir nas notícias de jornal como se deu a disputa para a aprovação das leis.

Foi realizada análise qualitativa dos dados internos sobre as inscrições dos cursinhos populares da Rede Confluências, dos anos de 2023, 2024 e 2025 para posteriormente, para traçar um perfil desses estudantes. Nesse contexto, destacamos o trabalho de Moura e Tamboril (2018), que destacam a importância de mapeamentos de categorias, já que:

> O combate à injustiça social, caracterizado pelo acesso a direitos fundamentais por todos, perpassa o reconhecimento da determinação de categorias sociais como raça, etnia, classe, gênero, dentre outras, na definição de posições sociais ocupadas pelos integrantes dos diferentes grupos. (MOURA; TAMBORIL, 2018, p. 594.)

Sendo assim, analisar os dados das inscrições e traçar perfis, nos orienta para construir rastros sobre os objetivos e quem são os sujeitos sociais que constroem os cursinhos. Compreendemos que é possível analisar um padrão de raça/cor, e se os cursinhos populares são espaços de “Aquilombamento Educacional”, e se essa é uma das novas etapas da luta antirracista nacional.

Procurando descrever de forma mais sintética, metodologicamente, este trabalho caminhou com quatro perspectivas que se complementam: qualitativa, Quilombismo, Afrocentricidade e a Escrevivência.

A primeira, construída logo no início, ajuda a conceber os cursinhos como territórios de ação, quilombos educacionais. Conferimos, a partir de dados internos dos cursinhos da Rede Emancipa, atualmente Rede Confluências da Região Metropolitana de Belém. O perfil desses estudantes, considerando principalmente cor/raça e gênero, nos ajuda a compreender quem são esses sujeitos e a importância de uma pedagogia que vá para além do consumo do ensino de matérias, fazendo com que os estudantes se auto organizem para não só passar no vestibular, mas para a organização e a participação política, para lutar por direitos e construir uma vida melhor de forma coletiva.

Na segunda perspectiva metodológica, fundamentada na teoria da Afrocentricidade, compreendemos que a educação deve ser construída a partir de um eixo e visão diferentes da eurocêntrica; nesse sentido, utilizamos a agência negra sob a ótica de Asante.

> A ideia de *conscientização* está no centro da Afrocentricidade por ser o que torna africanidade. [...] *Afrocentricidade é a conscientização sobre a agência* dos povos africanos **(e afrodiaspóricos)**. Essa é a chave para a reorientação e a recentralização, de modo que a pessoa possa atuar como agente, e não como vítima ou dependente. (Asante, 2009, p. 94)

Entendemos que a partir da educação popular desenvolvida nos cursinhos e em Moçambique, surgimos com essa nova perspectiva: esses espaços são locais de produção humana e educacional do povo negro.

Para compreender esses espaços populares como desenvolvedores da experiência negra, utilizamos, como terceira perspectiva metodológica, o Quilombismo. Na nossa visão, a experiência negra moçambicana e dos cursinhos são um abrigo de solidariedade e ação dos sujeitos sociais, espaço atual que desenvolve o que os quilombos desenvolveram ao longo da história, na construção teórica de Abdias do Nascimento:

> Precisamos e devemos codificar nossa experiência por *nós* mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e de sua respectiva visão de futuro. [...], Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. (Nascimento, 2019, p. 289-290)

Procedemos nesta pesquisa a um grande relato sistematizado das experiências dos cursinhos populares e também de elementos da educação popular de Moçambique, produto da bolsa de sanduíche CAPES, programa Abdias do Nascimento, desenvolvida durante os meses de setembro de 2024 a março de 2025, na cidade de Maputo, Moçambique. Na Universidade Pedagógica de Maputo e nas experiências vivenciadas coletivamente nos cursinhos da Rede Confluências de Educação Popular, antiga Rede Emancipa de Belém e Ananindeua.

A quarta perspectiva metodológica utiliza a Escrevivência para construir os relatos das histórias coletivas da rede Confluências em Belém, conforme exposto por Evaristo (2020).

> A escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. (Evaristo, 2020, p. 35).

A visão deste pesquisador, militante da educação popular, que constrói sua experiência coletiva desde 2011 na fundação da Rede Emancipa em Belém e recentemente participou também da fundação da Rede Confluências — onde as experiências históricas da educação popular desenvolvidas na antiga Rede Emancipa estão presentes — serve como relato sistemático da experiência popular construída na rede durante estes 15 anos de existência em Belém do Pará.

Cabe, por fim, destacar que a experiência educacional da rede confluências foi desenvolvida utilizando fundamentalmente as teorias de Paulo Freire, na educação popular freireana, encontramos nosso primeiro abrigo e orientação teórica.

Nesse sentido vamos analisar se os cursinhos podem ser compreendidos como novos espaços de desenvolvimento de militância antirracista como eram os espaços do movimento negro, e se estão para a atualidade da luta pela continuação da garantia de direito conquistada, como o movimento negro organizado, no Movimento Negro Unificado (MNU) e Centro de defesa e estudo do Negro no Pará (CEDENPA) estavam para a garantia das cotas enquanto leis. Algo no sentido citado por Lélia Gonzales e Carlos Hasenbarg (2022), ao papel das entidades culturais negras recreativas, que eram espaços de confraternização e “possibilitaram ao mesmo tempo o exercício de uma prática política, preparadora do advento dos movimentos negros de caráter ideológico” (Gonzalez; Hasebarg, 2022, p.30). Sendo assim, consideramos que a educação praticada nos cursinhos populares é parte de uma nova etapa da luta antirracista.

3. UM PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS, EDUCAÇÃO POPULAR E CURSINHOS POPULARES.

Nos debates iniciais sobre a implementação das políticas de ações afirmativas nas universidades, encontramos propostas, como a citada por Silva (2022), que foi apresentada ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Pará, pelo grupo de trabalho criado para debater o tema e composto por, docentes, técnicos e representantes do movimento negro. Segundo a autora, o texto destacava que, concomitante à reserva de vagas aos estudantes de escolas públicas, seriam também necessárias “ações de apoio às escolas públicas e oferta de curso pré-vestibular para estudantes de ensino médio público” (SILVA, 2022, p. 76). Esse aspecto que ficou de fora da proposta aprovada internamente na instituição em 2005, que reservou 50% das vagas para estudantes de escola pública, com a destinação de 40% desse total para pretos e pardos. Essa decisão aponta o horizonte de desligamento entre a lei e medidas que proporcionem espaços de formação de capital cultural para os estudantes realizarem as provas de vestibular, sem as medidas, nomeadas aqui pelo autor como auxiliares à lei, que ficaram ao encargo dos movimentos sociais de educação popular.

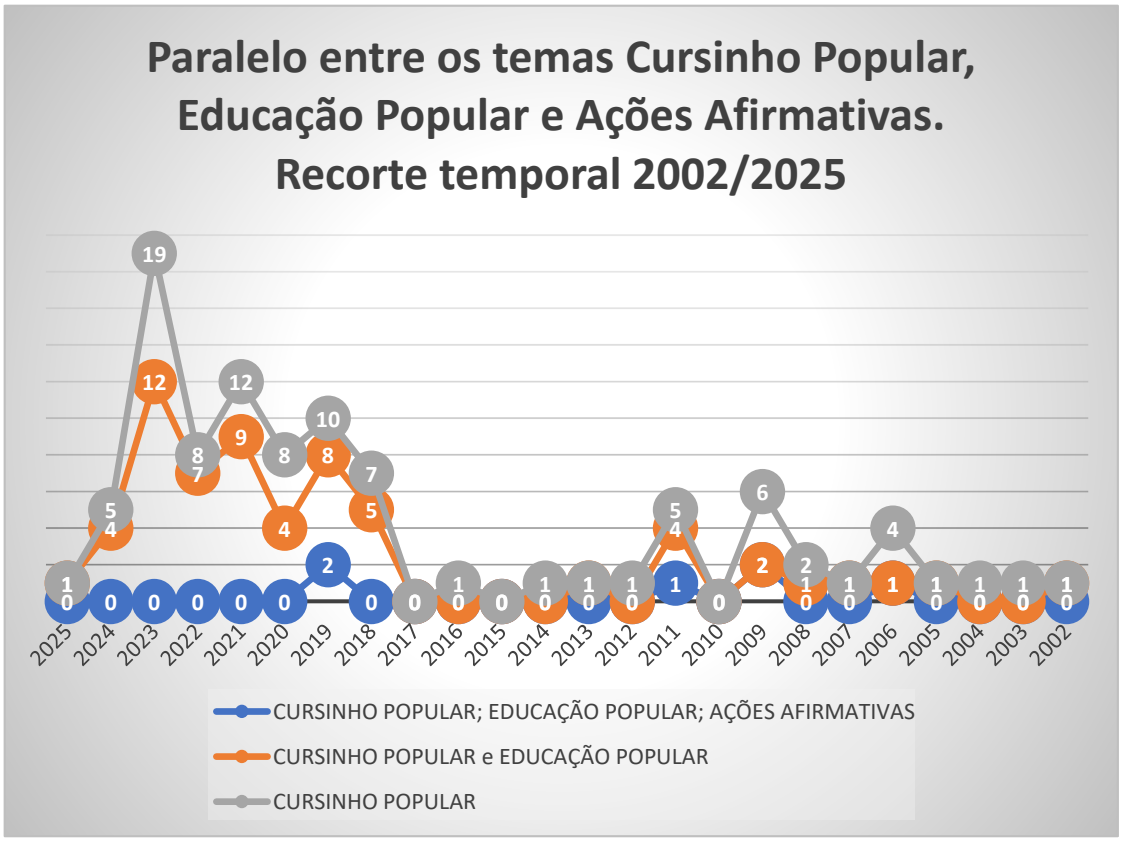
Para um panorama dos estudos que relacionem Educação Popular e cursinhos populares foi realizado uma revisão integrativa de literatura. Pesquisamos no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando três descritores de busca: Ações afirmativas; Lei de cotas; Cursinhos Populares. Com o descritor “ações afirmativas”, apareceram 1736 trabalhos no catálogo da CAPES, sendo 1150 dissertações de mestrado e 337 teses de doutorado, concentradas em sua maioria na área de conhecimento Educação, 347 trabalhos, contra 126 do direito. Para o descritor “lei de cotas”, conferimos que existem 580 trabalhos, 379 de mestrado e 90 de doutorado, 94 na área de conhecimento Educação e seguidas de 59 trabalhos na área do Direito. Por fim, no descritor “Cursinhos populares” foram encontrados 73 trabalhos, 54 de mestrado e 9 de doutorado, entre os quais, 19 estão na área de avaliação educação, seguidos de 5 em ensino.

O levantamento inicial mostra uma grande frequência de estudos tanto sobre ações afirmativas, quanto sobre a Lei de cotas, que são temas complementares ou

associados. Verifica-se que o número de trabalhos reduz bastante com o descritor cursinhos populares.

Utilizamos o critério de leitura dos resumos para analisar apenas os trabalhos que relacionem o debate das ações afirmativas e lei de cotas com os cursinhos populares, ou seja, nos interessava aprofundar a relação entre ações afirmativas e cursinhos populares, como forma de compreender o papel destes nas ações afirmativas.

Sobre o tema cursinhos populares em conjunto com educação popular, encontramos 62 produções, sendo 20 trabalhos de doutoramento e 42 dissertações de mestrado. Entre as produções com o tema Cursinhos populares; educação popular; Ações afirmativas, encontramos 6 trabalhos, todos no nível de mestrado. A Maior parte das pesquisas foram produzidas em Minas gerais, na UFMG, em contexto global se localizam no eixo Sul-Sudeste e algumas em Brasília na UNB.



Fonte: Elaborado pelo autor com informações do Banco CAPES

Percebe-se que a maioria dos trabalhos constroem análises sobre o acesso ao ensino superior e a lei de cotas ou seja, sua aplicação no ensino superior.

Fugindo desse contexto, destacamos oito (08) trabalhos, que estão interrelacionados ao nosso recorte, qual seja, a Lei de cotas ou as Ações Afirmativas e relações com os Cursinhos Populares, que relacionamos a seguir:

Sousa, Claudia Oliveira. O acesso à universidade e o destino social de ex-alunos de cursinhos Populares. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009;

MENDES, Maíra. **INCLUSÃO OU EMANCIPAÇÃO? um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes/rede emancipa na Grande São Paulo.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CampagnI, Caroline Rocha. Cursinhos populares enquanto ação afirmativa: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2022;

Machado, Samira Xavier. A Democratização do Acesso ao Ensino Superior No Brasil e os Cursinhos Populares Da Rede Emancipa. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2020;

MALCHER JÚNIOR, João Do Espirito Santo Lima.. Curso Popular Tf Livre: Uma Experiência De Educação Popular No Bairro-Território Da Terra Firme, Belém-Pa. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Do Estado Do Pará, Belém, 2022;

Santos, Juliette Scarlet Galvão Aires. Cursinho Popular Marielle Franco: A Luta do Emancipa Com Os/As “Excedentes” do Enem Pelo Ingresso na Universidade Pública. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal, 2021.

Sousa, 2023 – **Gênero e Educação Popular: um estudo do cursinho popular Emancipa Floresta e sua contribuição para uma pedagogia feminista da UFMG;**

Cordeiro, Maíra, 2023 - Educação Popular e Emancipação das Mulheres: o que dizem as egressas do Cursinho Popular Paulo Fonteles da UFPA.

O mote principal dos trabalhos citados também é o acesso ao ensino superior, mas possuem como pano de fundo os cursinhos populares. São principalmente análises de cursinhos do eixo sul-sudeste e nordeste, apenas um trabalho, o de Júnior (2022), analisa um cursinho da Região Norte, de Belém do Pará. São estudos de

casos que destacam um cursinho popular, mas que não se debruçam na análise do perfil dos sujeitos sociais que estão envolvidos no processo de disputa para o acesso ao ensino superior.

Apenas o trabalho de Santos (2022), caracteriza que o perfil dos estudantes do cursinho, segundo a autora são em sua maioria negros, mas se trata de um trabalho de Antropologia que desenvolve análise subalterna sobre os processos educacionais envolvidos no cursinho.

Sousa (2009) desenvolve, em seu texto, uma análise sobre a trajetória dos ex-alunos dos cursinhos populares da região de Campinas. A pesquisa é realizada a partir de um grupo de ex-estudantes do cursinho DCE UNICAMP, hospedado na extinta rede social Orkut. O objetivo da autora é conferir qual a contribuição dos cursinhos para a o desenvolvimento dos estudantes pós-graduação.

Mendes (2011) discute em seu trabalho a relação dos cursinhos populares para a inclusão ou emancipação, verificando se esses espaços mantêm as estruturas de exclusão, inserem sujeitos em espaços que reproduzem as estruturas sociais ou se contribuem para a emancipação humana. A pesquisa foi realizada em um cursinho da Rede Emancipa de São Paulo e destaca que os cursinhos auxiliam na desconstrução da lógica meritocrática do ensino.

Campagni (2022) analisa os cursinhos como forma de ação afirmativa. Para a autora, os cursinhos populares ampliam a possibilidade de estudantes pobres acessarem o ensino superior. Os dados para a pesquisa são colhidos por meio de questionários e entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa tem como locus o cursinho popular TRIO, de São Pedro/SP.

Machado (2020) desenvolve, em sua dissertação, análise sobre a democratização do ensino superior e o papel da Rede Emancipa nesse processo. A pesquisa contrapõe a precarização da educação produzida pelo Estado neoliberal nacional em relação à educação como direito social, produzida nos cursinhos, a análise do trabalho se concentra no cursinho popular da Rede Emancipa, em Montes Claros/MG.

Malcher Junior (2022) analisa a experiência do cursinho popular TF Livre e seu papel na construção de uma consciência crítica dos sujeitos envolvidos. Para isso, o autor desenvolve análises sobre a história do cursinho, fundamentações metodológicas e seus impactos no bairro da Terra Firme, em Belém.

Santos (2021) analisa como o cursinho popular Marielle Franco, em Natal/RN, desenvolve suas práticas educativas voltadas à população vulnerável socioeconomicamente, negra e egressa de escola pública, e lida com a com o excedente estudantil que não acessa o ensino superior.

Carvalho (2023) desenvolve sua pesquisa para analisar como o cursinho popular Emancipa Floresta, em Belo Horizonte/MG, aborda os conteúdos de relacionados à questão de gênero nos cursinhos e sua contribuição para os estudantes.

Cordeiro (2023) desenvolve sua pesquisa analisando como as práticas educativas desenvolvidas nos cursinhos da Rede Emancipa de Belém contribuem para o avanço da consciência social das mulheres.

De forma geral, os estudos focam no papel dos cursinhos para a vida dos estudantes com destaque para as análises das ações afirmativas no contexto do vestibular, a área com maior produção continua sendo a educação.

Percebe-se também que a partir de 2018 os temas mostram uma alteração importante se concentrando mais na contribuição dos cursinhos enquanto território de luta e mudanças mais amplas, além da contribuição da educação para os sujeitos sociais. Nesse período também há uma ampliação das pesquisas, com destaque para a produção acadêmica da Rede Emancipa e o início de pesquisas com temas interseccioalizados, como é o exemplo da dissertações de mestrado de Sousa, (2023) e Cordeiro (2023), ambas discutindo gênero, feminismo e as contribuições dos cursinhos e da Educação popular e o aumento da consciência dos direitos dos sujeitos, principalmente mulheres, para luta das mulheres e uma educação feminista.

Nosso levantamento nos permite afirmar que, ao completar mais de uma década, a lei n°12.711/2012, conhecida como lei de cotas ou lei de ações afirmativas, acumula vasta produção acadêmica que analisa de formas diversas as várias nuances da lei, sua implementação e resultados. Porém, destacamos novamente, que são escassos os trabalhos, que analisam a relação entre a Lei de Cotas, como a proposta apresentada aqui, qual seja - as relações entre a Lei e o papel dos Cursinhos Populares para sua aplicação e sucesso.

Essa rápida análise das produções ajuda a destacar a relevância da proposta de nossa pesquisa, que quer analisar os cursinhos populares, não apenas para destacar qual política e modus operandi é desenvolvida neles, conferindo se estão

adequadas a teoria produzida e reproduzida sobre o tema. Queremos discutir se existe um público principal envolvido nesse espaço, se é possível conferir algum padrão de raça/cor, e a partir das percepções políticas desses sujeitos sociais, traçar um perfil para perceber quais as nuances são produzidas nesses espaços e são importantes para a permanência desses jovens e adultos, no processo de disputa para garantia de direitos as acesso do ensino superior, se elas podem ser diferentes das demais produzidas pelo Brasil, comparando as diferenças e semelhanças com o demais.

4. QUEM SÃO OS SUJEITOS DOS CURSINHOS POPULARES/ OU OS SUJEITOS EM LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO?

Para compreender qual o papel dos cursinhos populares para o sucesso da lei de cotas se torna necessário destacar principalmente quem são os sujeitos envolvidos nesse processo de luta, entendendo que pensar o sentido da educação implica pensar para quais sujeitos ela se constrói. Porque partindo desse ponto, podemos perceber os sentidos da educação desenvolvida nesse espaço e como ela se coloca diante da lógica nacional neoliberal de educação imposta por reformas como a do “Novo Ensino Médio”, numa conjuntura em que se somam os cortes de verbas que se seguem durante anos e fazem com a educação seja uma das áreas mais precarizadas. Poderiam os cursinhos, por esse sentido, se transformar em um espaço de “Aquilombamento educacional”, já que reúnem principalmente sujeitos sociais que tentam fugir da logica nacional majoritária de não acesso ao ensino superior?

4.1. Caracterização do contexto; a rede de cursinhos populares

Nossa história com essa rede de Educação Popular e cursinhos populares remonta o ano de 2011, um ano de grande efervescência de movimentos no Brasil e no mundo, quando foi criada em Belém integrada a uma Rede Nacional que passa a se expandir para além de São Paulo, a Rede Emancipa, nossa antiga denominação, que inicia com um única turma no bairro do Jurunas – Belém – Pará.

A partir de 2011 a Rede foi se ampliando em número de turmas e em parcerias, passando, em 2014, a constituir-se como um Projeto de Extensão do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (ICED/UFPA). Em 2024 a Rede passa a funcionar com 11 turmas, sendo que três delas com funcionamento no ICED/UFPA e mais sete em diferentes bairros de Belém e Ananindeua.

A equipe também se ampliou, com um número maior de bolsistas e de educadores/as voluntários/as (majoritariamente estudantes de graduação), como também o número de profissionais e lideranças sociais envolvidos no projeto, aumentando também o impacto e a visibilidade do trabalho. No início do ano de 2025, após mudanças internas no movimento nacional, o Movimento passou a compor a Rede Confluências de Educação Popular Belém e Ananindeua, mantendo-se as turmas e parcerias, a mesma equipe, princípios e metodologia de trabalho.

A práxis da Rede se baseia no pensamento freireano e reúne estratégias abrangentes, com ações de formação de educadores e educadoras populares, por meio de cursos, debates e oficinas, ações de fortalecimento de coletivos e organizações populares e de juventude e ações de incidência política e posicionamentos públicos relacionados à defesa do direito à educação e da democracia e justiça social.

O carro chefe das ações é a oferta de turmas de cursinhos populares com aulas e debates das disciplinas e componentes curriculares dos programas oficiais do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, de modo a preparar os/as estudantes para concorrer com maiores possibilidades de sucesso no Exame. As turmas funcionam diariamente na maioria das unidades e apenas aos finais de semana em duas delas.

Além das turmas e integrado a elas, as atividades incluem o debate de atualidades, com questoes sociais relevantes e conjuntura social e política nacional e internacional e o estímulo à organização política e inserção em em atividades e eventos acadêmicos, culturais e políticos realizados na universidade e demais espaços, atos públicos, incidência política e posicionamentos públicos coletivos (Silva; Cordeiro; Evangelista Junior, 2022),

Para discutir e compreender o perfil das/os estudantes foram utilizados os dados de inscrição das turmas dos cursinhos populares da antiga “Rede Emancipa movimento social de educação popular de Belém e Ananindeua”, dos anos de 2023 e 2024) e das turmas de 2025 da Rede Confluências. A maioria destes jovens e adultos,

são moradores das grandes periferias de Belém, com destaque para o Guamá, Terra Firme, Canudos, Cremação, Jurunas, Condor, Matinha, Pedreira, Telégrafo (Vila Barca), Benguí, Tapanã, Parque verde, bairros onde funcionam as turmas; além de diversos bairros de Ananindeua, onde funciona uma turma aos sábados.

No ano de 2023 foram 2343 inscritos para as 600 vagas disponíveis nas 11 turmas dos cursinhos. Destes 67,6% de mulheres; 84% de pretos e pardos; 94,6% são oriundos de escola pública; 89% já concluíram o ensino médio; 62,4% declaram que serão os primeiros da família a cursar o ensino superior; 36% abaixo de um salário e 57,1% entre um e dois. 84% não possuem trabalho e renda. 77,9 nunca frequentaram um cursinho. 28,4 vão fazer o Enem pela primeira vez, 35,7 já fizeram uma vez e 17,6 já fizeram duas vezes a prova do ENEM

Já em 2024, a Rede, obteve 2.257 inscrições, para as 650 vagas disponíveis em suas 10 turmas, distribuídas em diversos bairros de Belém e Ananindeua. 67% dessas inscrições eram do sexo feminino. Sendo que 56,3% dos inscritos(as) se consideravam pardos, 18,4% se consideravam pretos, totalizando quase 76% dos números de inscritos de pretos e pardos. 94% dos inscritos declaram ser advindos de escolas públicas, destes, 71% já concluíram o ensino médio. 54% declara que será o primeiro da sua família que cursará o ensino superior. Em relação à renda familiar, 45% dos inscritos declaram que está abaixo de um salário mínimo e outros 49% declaram que está entre um e 1,5 salários mínimos, sendo que 83% deles não possuem trabalho e renda e não contribuem com a renda da família. 77% dos inscritos nunca frequentaram um cursinho popular, 30% do total de inscritos prestaram a prova do ENEM pela primeira vez, seguidos de 29,7% que já realizaram apenas vez e 40,3 que já realizaram duas ou mais vezes a prova.

Em 2024, se inscreveram para o exame nacional do ensino médio 4.3 milhões de estudantes, sendo 60% são do sexo feminino e 55% do total de inscritos se declaram pretos ou pardos. Se recortamos apenas os dados do Estado do Pará encontramos um percentual parecido em inscrições do sexo feminino, 61%, e um aumento significativo no número absoluto de Pretos e Pardos, 76%. Outra informação importante que encontramos no painel Enem, 2024, formulado pelo INEP, é que Belém está em 6º lugar entre as cidades que possuem mais inscritos para o ENEM de 2024.

Para o ano de 2025, foram 1038 inscritos para as 10 turmas e temos que 67,3% de mulheres. 86% de pretos e pardos. 95,1% de escolas públicas. 50,4% serão os primeiros da família a cursar o ensino superior. 45,9% renda abaixo de um salário mínimo e 48,9 entre um salário e dois. 80,2% não possuem trabalho o e renda. 68,6% nunca frequentaram um cursinho popular. 25,1% nunca fizeram o Enem, 35,6% pela primeira vez e 21,4% pela segunda e vez.

Cabe acompanhar esses dados em anos anteriores, mas notamos que a busca por acesso ao ensino superior continua presente como forte perspectiva para os jovens, diferente de outras capitais como Belo horizonte, que pelo número de habitantes poderia estar acima de Belém, mas assim como outras capitais e outras cidades com maior número absoluto de habitantes está abaixo.

Nesses dados notamos que existe uma continuação da luta pelo acesso ao ensino superior, feita pelos negros, apesar do decréscimo no número de inscrições, o que faz com que atualmente, segundo o censo da educação, os cotistas estejam com maiores índices de conclusão do ensino em relação aos que acessaram com ampla concorrência. As lutas e as leis constituídas a partir dos anos 2000, contribuíram decisivamente para esses índices e diversos estudos analisam essa contribuição. Por outro lado ainda são escassos estudos que analisem a contribuição dos movimentos de educação popular nesse cenário.

É importante estabelecer aqui que, um Quilombo é um espaço de exercício político e utilizamos o termo Quilombo, fazendo uma analogia com um espaço histórico de luta por liberdade. Nesses espaços de resistência dos negros no mundo contemporâneo, pensamos então, que o Quilombo dos Palmares se refaz em um espaço de resistência ao padrão educacional institucional do estado, onde a lógica da educação é apenas formar as massas para o mercado de trabalho, sendo um espaço político de trocas de conhecimento que nesse sentido vai para além de um espaço formativo para a prova do ENEM, mas agrupa sujeitos sociais para se formarem politicamente através de trocas e compreenderem que podem/devem lutar pela melhoria de suas condições de vida. É um espaço de luta coletiva por direitos, sobretudo.

Nosso formulário de inscrição contém algumas perguntas subjetivas, a principal, que tinha caráter eliminatório perguntava (O cursinho é excludente? Indagação do Waldir) “Para melhorar a atual situação brasileira, o governo federal

deveria investir mais em quais áreas, na sua opinião?”, cada um poderia indicar até 5 itens, 94% dos inscritos respondeu Educação, seguidos de Saúde, Saneamento, Segurança pública, com 87%, 68% e 67% respectivamente, seguidos de combate ao racismo, intolerância religiosa, violência contra a mulher e combate à homofobia com 65%. O formulário de inscrição foi disponibilizado em meio virtual, na plataforma *Google Form*s, recebendo inscrições no período de 26 de janeiro 2024 até 04 de fevereiro de 2024. A rede não realiza prova de seleção e após as inscrições online acontecem entrevistas presenciais com perguntas socioeconômicas e culturais para todos os inscritos. Aos que não passam no processo seletivo é criada uma lista de espera, que é, ao tempo de surgirem novas vagas, principalmente por desistência dos selecionados na primeira chamada, utilizada para ocupar novamente a vaga até finalizar toda lista. Importante destacar que não são cobradas taxas financeiras para os estudantes e todos os professores, em sua maioria estudantes universitários, são militantes voluntários.

Os dados nos indicam vários pontos importantes, o primeiro é que a maioria absoluta dos inscritos são pessoas negras e mulheres, oriundos de escolas públicas, que necessitam de um espaço de formação politica e acadêmica para acessar a universidade (qual percentual?). Em sua maioria, diferente de outros anos, iriam realizar a prova do ENEM pela primeira ou segunda vez, seguida dos que já tentaram duas ou mais vezes. Em segundo destaque, notamos que a maioria, acredita que a educação deve ser a principal politica de investimento do estado Brasileiro, e que as suas pautas, com destaque o combate ao racismo, devem ter maiores investimentos públicos.

Notamos com essa análise que existe um público principal envolvido nesse espaço, com padrão de raça/cor, público que é o público alvo das Ações Afirmativas criadas ao longo das últimas décadas, para reparação, ressarcimento e busca por igualdade racial e por direitos humanos fundamentais da população negra, sendo um dos principais o direito à educação. Podemos afirmar que os cursinhos populares, dentro dessa nova trajetória de luta antirracista, contribuem para a aplicação da lei de cotas, porque agrupam e organizam iniciativas quilombistas, que buscam promover principalmente o exercício de poder político. Diante de tudo isso, a educação popular promovida nos cursinhos é um instrumento político e prático, para os sujeitos perceberem que são capazes de produzir seu próprio sentido no mundo, parafraseando, Krenak (2022).

> Vale sublinhar que os cursinhos populares têm um papel fundamental no fortalecimento do acesso dos estudantes aos bens culturais afro-brasileiros e à formação para atuação responsável no regime democrático, atendendo, assim, a mandamentos constitucionais. Também contribuem para a formação cidadã e atuam diretamente na defesa da dignidade da juventude. (Carta dos cursinhos populares, 2025)

Diante da diversidade e multiplicidade de sujeitos nos espaços de educação popular da Rede de cursinhos, é importante destacar que é necessária grande organização e ela não existe apenas para organizar a ordem das aulas e demais tarefas burocráticas de coordenação dos espaços, mas possuem sentido político de resistência ao modelo institucional de educação, presente principalmente nas escolas públicas, onde a ordem serve na maioria das vezes para manter o poder estabelecido. Nos cursinhos a organização de rifas, caixinhas, vendas de camisas do movimento e demais atividades financeiras, servem para sua autossustentação.

Os/as professores/as em sua maioria estudantes universitários das diferentes licenciaturas, de diversas instituições de ensino superior públicas ou privadas, são militantes voluntários e passam por formações diversas, os estudantes participam constantemente de assembleias, principalmente quando ocorrem conflitos em sala. O objetivo da proposta é dar voz para todos e transformar o espaço de sala de aula, em espaços participação política de decisão e resolução de conflitos em coletivo, sendo assim espaços de exercício de poder, de formação e de participação política.

Como parte desse papel político e pelo fortalecimento do mesmo, no dia 30 de abril de 2025, 143 cursinhos e entidades do movimento negro nacional lançaram uma carta direcionada ao Ministério da Educação questionando os critérios de seleção presentes no edital da Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP)[4], ação do Ministério da Educação em conjunto com a Fiocruz, que selecionou 324 cursinhos populares, entre os quais 21 do estado do Pará, para recebimento de 163 mil reais em recursos para o desenvolvimento dos cursinhos. A maioria dos assinantes da carta são entidades organizadas do movimento negro nacional e parceiros. Cabe uma análise sobre as entidades que assinam a carta e seus objetivos, porque nela podemos encontrar caminhos para a compreensão do papel dos cursinhos para a

[4] Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cpop/documentos/edital-chamada-publica.pdf acesso em 26 Dez de 2025.

construção de uma educação contra a lógica tradicional de educação e também, a partir dos cursinhos selecionados pelo edital do governo federal, traçar possíveis padrões de instrumentalização da pauta pelo ministério e partidos políticos, visando não apenas o julgamento, mas analisando se esses cursinhos promovem a educação popular nos seus conteúdos.

Como já vimos, nos cursinhos populares pré-universitários, que são parte ou são desenvolvidos por movimentos sociais a partir de práticas de educação popular, o maior público é composto por jovens e adultos pretos e pardos, moradores das periferias urbanas, que buscam preparação para acessar o ensino superior e ingressam no ensino superior por meio de políticas de ações afirmativas. Desta maneira, negritamos que os cursinhos populares são extremamente importantes para o sucesso da lei de cotas e ações afirmativas, no que diz respeito ao acesso no ensino superior e que, por isso, se tornam necessários mais estudos, como o proposto aqui, que classifiquem a contribuição desses espaços de educação popular para a garantia de direitos educacionais à população negra.

5. ENTRE VIVÊNCIAS E SABERES: TECENDO ENCONTROS COM A EDUCAÇÃO POPULAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA MOÇAMBICANA

A produção deste capítulo e as reformulações teóricas centrais do trabalho de mestrado são aprimoradas pela experiência e estudos oportunizados pela bolsa sanduíche do Programa Abdias Nascimento da CAPES, por meio do Projeto Juventude Marginalizadas e Agência: diálogos Brasil-Moçambique que proporcionou meu intercâmbio em Maputo, Moçambique, durante os meses de setembro de 2024 a abril de 2025, na Universidade Pedagógica de Maputo, sob a supervisão do professor Dr. José Manuel Flores. O projeto propõe o aprofundamento de estudos sobre história e cultura africana e afro-brasileira, como requisito à construção de conhecimentos de ruptura e diálogos Sul-Sul. O que se coaduna com o debate de uma educação antirracista proposto neste estudo. Tomando o antirracismo como foco mais amplo, a base da pesquisa partiu das formulações experienciadas por esse autor, na militância da educação popular produzida nos cursinhos da Rede Emancipa desde 2011 e, desde 2025, na Rede Confluências de Educação Popular, espaço de construção de

educação popular nacional criado por ex-militantes da Rede Emancipa. Nesse sentido, a partir da educação popular, busquei compreender confluências possíveis entre a educação popular produzida por jovens e adultos nos cursinhos populares do Brasil e as práticas existentes nos cursos preparatórios para os exames admissionais de Moçambique. Porém, como a pesquisa acadêmica precisa buscar elementos para entender uma realidade, em vez de provas para comprovar um ponto de vista a priori, comecei a pensar e ampliar o lócus da pesquisa ao perceber os elementos da realidade em Moçambique.

Nesse sentido, a reflexão avançou para expandir as noções sobre os sentidos da educação. Buscamos compreender, principalmente, como ela é produzida pelos sujeitos e para que serve. Nosso ponto de partida, que era o acesso ao ensino superior, foi ampliado ao vivenciar a experiência moçambicana e refletir sobre a formação vivida durante a trajetória na educação popular, o que nos levou a repensar e compreender realidades a partir de outras premissas, entre as quais uma das principais é destacada por Paulo Freire (2000), segundo ele:

> A educação deve ser um instrumento de emancipação das classes populares, essas que já possuem suas formas de viver, pensar, criar, e que por meio da educação podem avançar ainda mais como sujeitos sociais ativos e políticos, capazes de transformar suas realidades e de lutar pelos seus direitos. (Freire, 1987)

Sendo assim, deslocamos nosso foco para a compreensão da educação popular como instrumento de uso mais amplo, não só para acesso ao ensino superior, mas como meio de emancipação, conforme traduzido por Paulo Freire. Para essa compreensão, utilizamos neste capítulo considerações presentes em textos políticos bem reconhecidos em Moçambique, como os discursos de Samora Machel, as considerações contidas em textos literários de Paulina Chiziane e Ungulani Ba Ka Khosa, as músicas do cantor de rap moçambicano Azagaia, que permitem análises importantes sobre a contribuição da música na construção da experiência dos jovens moçambicanos. Escolhemos Azagaia por sua representatividade, o cantor, falecido em março de 2023, se transformou em um ícone tão relevante para os jovens e adultos que durante os atos de rua que movimentaram o país por vários meses, entre o final de 2024 e início de 2025, uma das frases que estampavam cartazes e pichações em muros, presentes no país inteiro, era a frase “Povo no Poder”, refrão da música homônima de Azagaia. Por fim, entrevistamos sete pessoas para a construção do

capítulo, entre elas três jovens — dois universitários e um jovem trabalhador que está fora da universidade — dois intelectuais professores universitários e duas pessoas “mais velhas”, termo tradicionalmente usado em Moçambique para designar aqueles com maior conhecimento e experiência de vida.

A escrita deste capítulo percorre um caminho traçado a partir da Escrevivência. Considero-me um sujeito afrodiaspórico ativo no processo de escrita. A experiência negra que atravessou minha vida deixou importantes contribuições acadêmicas e humanas. Por isso, construo minha visão de mundo e atuação no movimento, diariamente de forma coletiva. Nesse contexto, utilizamos a Escrevivência de Conceição Evaristo, que nos propõe que,

> ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe, pois, a uma escrita de si, a uma pintura de si. (Evaristo, 2020, p. 35)

Para a Evaristo, a Escrevivência jamais será uma escrita de si, como são as autobiografias. Neste trabalho, não falo da minha experiência individual; em vez disso, construo uma análise da minha vivência inserida na coletividade e moldada a partir dela. Esse sentido quilombista é importante porque revela a narrativa como memória coletiva de um processo de resistência. Nessa construção, percebemos que os elementos da vida se misturam homogeneamente com os educacionais. A solidariedade quilombista é, em si, a solidariedade do povo negro, algo que Duarte (2020) descreve como uma narrativa que transcende a mera descrição da violência sofrida pelos sujeitos, mas como a narrativa de como esses sujeitos resistem e criam mecanismos de subversão.

5.1. Educar o povo para ser um homem novo: a educação no processo pós-independência

Em 1962, ainda sob domínio colonial português, foi criada a primeira universidade em Moçambique (Mandlate, 2019), denominada “Estudos gerais universitários de Moçambique”, que permaneceu até 1985 como a única existente no país, mesmo após a sua independência, em 1975. Atualmente, a universidade chama-se Eduardo Mondlane. Gonçalves (2018) destaca três tendências principais na

expansão do ensino superior público em Moçambique: “estagnação da expansão; expansão privatista; e a expansão excludente”. Segundo Mandlate (2019), as universidades públicas possuem processos de admissão, sendo a maioria das IES no país privadas (22 públicas e 31 privadas); porém, como ressalta o autor, o processo seletivo mais disputado é o do ensino público. Brasil e Moçambique enfrentam momentos diferentes em termos de processos de privatização e precarização do ensino superior, o que faz, segundo destaque de Mandlate (2018), que em Moçambique apenas 6% dos egressos do ensino secundário acessem o ensino superior.

Com uma parcela tão pequena da população acessando o ensino superior, começamos a perceber que era necessário expandir a pesquisa para identificar espaços de produção de educação mais significativos. Isso ocorreu ao notar que alguns padrões utilizados no Brasil não eram compostos da mesma forma em Moçambique — principalmente os cursinhos populares, denominados cursos preparatórios para os exames admissionais. Um dos mais conhecidos, a “turma dos revoltados”, se distância bastante do que compreendemos como educação popular.

A partir de então, ampliamos nossa análise para conferir questões do cotidiano do povo moçambicano, entre as principais destacamos as produções de Samora Machel, líder do processo de independência e primeiro presidente de Moçambique, que construiu em seus discursos diversos materiais de análise sobre diversos temas da sociedade moçambicana, em especial sobre o papel da educação para a formação política da sociedade.

O processo de independência moçambicana foi seguido de diversas elaborações técnicas que destacavam a educação como centro do debate para a construção de um "homem novo". Nesse contexto, ressaltamos as ideias expressas nos discursos de Samora Machel, primeiro presidente da República moçambicana, que enfatizava que o processo de independência deveria ser seguido de uma descolonização alcançada por meio da educação. Segundo ele, no discurso proferido na reunião nacional em 15 de março de 1977, dirigida a estudantes, professores e quadros da educação presentes em Maputo-Moçambique, no atual estádio de Maxaquene, afirmava que:

> A educação é de importância fundamental para o triunfo da revolução, ela é condição essencial para prepararmos os continuadores da revolução". (Machel, 2016, p. 78).

Notamos que a educação do povo possuía um papel de destaque no processo pós-independência, como salientado pelo líder moçambicano ao falar sobre a importância da educação para a liberdade. Ao destacar a necessidade de formar continuadores da revolução, ele revela a preocupação com uma educação capaz de mudar o pensamento da nação e ressalta o termo "homem novo", que seria para ele:

> O Homem novo é o homem que se libertou do obscurantismo e da superstição em que se assenta a sociedade tradicional-feudal; é o homem que se libertou da mentalidade burguesa, que nosso País se caracteriza pela colonização mental, pela mentalidade escrava ao estrangeiro, pela imitação servil dos comportamentos, das atitudes, dos hábitos e até do modo de vestir decadente da burguesia dos países imperialistas. O homem novo é o homem dotado de consciência colectiva, homem enganjado na luta por afirmação dos valores da nova sociedade, homem capaz de assimilar e utilizar a ciência ao serviço do povo. É a educação e cultura que compete o esforço essencial da formação do homem novo, da nova mentalidade. (Machel, 2016, p. 62).

Para Machel, é notório que a educação será a base para o sucesso da revolução - processo de independência de Portugal. Como a escola é o local de formação de um "novo homem", que deve ter em sua constituição a consciência coletiva prioritária, para ele, a ciência não deve servir aos interesses da burguesia, mas ser utilizada para as melhorias do povo. Samora Machel, assim como outros intelectuais orgânicos que lideraram os processos de independência em diversos países africanos, como Kenneth Kaunda da Zâmbia, Amílcar Cabral da Guiné-Bissau, Julius Nyerere da Tanzânia, entre outros, destacavam, em seus discursos e interações nos congressos pan-africanistas com intelectuais como Aimé Césaire, a luta contra o colonialismo.

Assane e Juliasse (2017), também destacam a importância da educação nas concepções do primeiro presidente de Moçambique independente, Samora Machel, designado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Para ele:

> Para combater a fome, a nudez, o subdesenvolvimento, para materializar os direitos conquistados com sangue e sacrifício, as massas populares devem apropriar-se dos conhecimentos científicos e técnicos. Só a educação generalizada permite ao Povo

> moçambicano desenvolver a sua personalidade e afirmar a sua cultura nacional. Samora Machel. (Assane e Juliasse, 2017, p. 210)

Notamos na passagem citada, a centralidade da educação como política, segundo os autores, Machel compreendia que a libertação de um povo não virá com a tomada do poder via revolução, era necessário um processo de descolonização das mentes, que ocorreria por um processo educacional de conscientização. Segundo os autores, Freire (1999), teve contato com alguns líderes da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), partido que assumiu o poder logo após a independência do país, quando estava na Tanzânia, as práticas desenvolvidas no país, principalmente o combate ao analfabetismo e o caráter socialista da educação, nos primeiros anos, favoreceu o aumento da população escolar básica e secundária e em seguida a população universitária.

5.2. Educação popular, saberes e ancestralidade

No período de setembro de 2024 a abril de 2025, durante a realização do mestrado sanduíche na Universidade Pedagógica de Maputo, em Moçambique, realizamos entrevistas orais com sujeitos sociais diversos, para compreender como ocorrem os processos políticos de educação popular em Moçambique, seja por escolarização ou formação política nos movimentos locais. Nossa visão sobre os espaços de desenvolvimento da educação popular era limitada ao que conhecemos no Brasil, o que gerou certo desespero neste pesquisador, já que alguns cursinhos preparatórios para o exame de admissão nas universidades locais configuravam-se mais próximos de espaços de educação bancária do que de práticas da educação popular. São preparatórios pagos ao estilo dos pré-vestibulares brasileiros, cujo exemplo mais conhecido — e que me despertou bastante entusiasmo pelo seu nome, Turma dos Revoltados — sintetiza o que os cursinhos do Brasil realizam.



Imagem 1: Cartazes de divulgação turma dos revoltados. Reprodução Instagram

O curso preparatório utiliza em seus cartazes elementos visuais chamativos e as vezes até meritocráticos, se assemelhando aos cursinhos de Belém do Pará ou qualquer outro do Brasil, com uma lógica mercadológica e comercial da educação, chamando um público para comprar um produto ou sonhar com a compra, imaginando que só vai conseguir acessar o ensino superior se for a partir de trocas financeiras. Ao refletir sobre esse processo, percebemos que os processos de escolarização institucional hegemônicos excluem sujeitos e os processos de educação popular atuam no sentido de recompor as liberdades, democratizar e partilhar.

Foi então que percebemos que a música é um elemento cultural muito rico para compreender as visões de realidade de um povo, e claro, essa visão subjetiva é um ponto de escolha do pesquisador, pois existem uma infinidade de intervenções musicais em Moçambique. Mas escolhi Azagaia para interpretar o país, por sua representatividade e reconhecimento popular, a visão de mundo dele, e pelo conjunto da obra e reconhecimento popular do artista, já falecido, que movimentou um público bem diverso durante a sua carreira e juntou milhares de pessoas em seu velório.



Imagem 2: Cortejo velório do cantor de Rapper Azagaia em Maputo. Fonte DW
https://www.dw.com/pt-002/maputo-o-%C3%BAltimo-adeus-ao-rapper-azagaia/a-64977013

Foi necessário um bom tempo para perceber como se produzem os saberes e as formas de educação popular em Moçambique. Para esse aprendizado, foi fundamental visitar três espaços: o Museu da Mafalala, a Casa dos entrevistados, a casa de Vô Nuro e Vó Rita.. Para ter contato com todos esses, demorei bastante; isso ocorreu em razão das manifestações populares iniciadas logo após o processo eleitoral nacional, em meados de outubro de 2024, e que seguiram até janeiro de 2025. Com forte repressão policial, era inseguro circular nas ruas. As greves gerais desse período paralisaram parte significativa do país.

Outros espaços e sujeitos apareceram nas conversas; As Curandeiras da medicina tradicional e o processo de formação destacados na entrevista com a carinhosa vó “Rita”, os músicos locais de Rap, com destaque para Azagaia e Eduardo Salmo, este último, jovem universitário e músico com visão de mundo fantástica foi entrevistado na pesquisa; o centro cultural Ntsyndia, espaço de sociabilidade negra no período pré-independência, ressaltado na entrevista do músico do ritmo local chamado Marrabenta, carinhosamente chamado “Vô Nuro”; os ritos de iniciação e o papel na formação educacional das meninas; e, por fim, com diversas possibilidades de análise, encontradas na literatura moçambicana, com destaque para Paulina Chiziane e Ungulane Ba ka Khosa, expandiram nossa visão e indicaram vários horizontes para analisar a educação popular em Moçambique.

Mas em primeiro lugar, me chamava bastante atenção as palavras de ordem escritas nos carros e cartazes, principalmente a que dizia “Povo no poder”, como destacado na foto abaixo



Imagem 3: Moto de um entregador em Maputo, Moçambique. Arquivo pessoal.

Durante os protestos, eu percebia a força com que as pessoas empregavam essa frase e pensava, do ponto de vista político, que quem pensou havia sintetizado algo muito impactante e forte. Fiquei com esse vazio e curiosidade por muito tempo, até que, certo dia, conversando com um amigo moçambicano — que também foi entrevistado nesta pesquisa — o Paulo, ele me disse que a palavra de ordem de uma música do rapper moçambicano Azagaia. Segundo o Paulo, “ele ensinou o povo a resistir”. Já havia escutado o artista uma vez na rádio de um carro de aplicativo. Em Moçambique, a maioria da população utiliza o transporte feito em “chapas”, carros no estilo van. Existem também ônibus chamados “Machibombo”, e o sistema de carros de aplicativo existente é o Yango. Era comum em chapas e em Yangos folhas escritas com a frase “esse país é nosso”. Para os motoristas, os protestos eram importantes para mudar a trajetória de Moçambique; entre as pautas principais estavam a carestia de alimentos e a pobreza do povo.

Achei bastante interessante o uso da música pela população, fui atrás de músicas do artista e seus conteúdos me instigaram ainda mais, nesse contexto, dialogando com a contribuição de Santos (2025),

> As Juventudes negras vêm criando estratégias de enfrentamento aos apagamentos constantes de sua representação. Uma das vias para a resistência e a reexistência é, portanto, a produção cultural e artística, que contribui para que haja possibilidades de elaborar outras narrativas para sua história e para sua realidade atual mais próxima. (Santos, 2025, p. 93)

Azagaia nos mostra, em diversas músicas, a possibilidade de resistir ao epistemicídio a partir de uma nova sala de aula, que não é física, mas que possui um educador popular ensinando por meio de rimas, contando memórias e aquilombando juventudes, como destaca Santos. Em uma das visitas que realizamos à casa da escritora moçambicana Paulina Chiziane, esta, ao falar sobre o “Mano Azagaia”, disse que ele sempre estudava muito para escrever suas músicas e lia bastante para compor cada verso. Notamos que o músico, assim como um professor antes de ministrar uma aula, estuda para dialogar sobre um conteúdo e construir um assunto com o educando. O rapper, ao escrever uma análise, não criava versos soltos; sempre possuía um rigor acadêmico popular para construir suas canções. Suas aulas em formato de música denunciavam o colonialismo e a forma de fazer política em Moçambique. Elas instigavam a visão crítica do ouvinte, por exemplo, na música "Maçonaria",

> Europeus a pensarem no teu poder e glória
> Ocuparam a África e escreveram a nossa história
> Com a Bíblia numa mão e noutra uma pistola
> Ergueram uma Igreja e negaram-nos uma escola
>
> E formaram outras Áfricas de pretos no mundo
> Descendentes de escravos nos guetos do mundo (Azagaia, 2016)

Notamos nessa música uma denúncia contra a operação do colonialismo europeu que dominou os povos africanos e negou o direito às escolas. O rapper destaca aqui o papel da escola, espaço que poderia ser um local de resistência para os povos. Segundo Júnior (2023), Azagaia e outros rappers moçambicanos misturam elementos para alcançar diversas gerações: o uso de línguas como o Changana, Xtísua, Macua, Chope, entre outras, nas letras faz com que outras faixas etárias para além dos jovens escutem e se identifiquem com o ritmo.

Um elemento interessante na música é a diáspora; em outra parte, o autor cita o caso brasileiro e a exploração colonial. Em outra música, encontramos destaque

ainda maior ao aprendizado e reflexão a partir da música. Em Wa Gaia, com participação do artista tradicional moçambicano Stewart Sukuma, Azagaia diz:

> Agora é a tua vez de aprender
> A vida é muito mais do que ler e escrever
> Lição número um, chama-se igualdade
> Não és mais do que ninguém porque nasceste na cidade
> Nem todas crianças têm oportunidade, mas todos têm capacidade
> Isso chama-se dignidade
> Mais importante nunca foi a cor da pele
> Se a cor do dinheiro é a cor do mel
> Há muita gente que até vai ter papel
> Vai ser engenheiro, mas sem papel
> Por isso olha sempre para a cor dos olhos
> Até perceberes que todos temos dois olhos
> A luta da vida sempre acaba em empate
> Ajuda os teus irmãos e morram em combate (Azagaia, 2018)

Interessante notar que os versos do autor se aproximam da ideia de Paulo Freire, de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. De forma similar, Azagaia transmite ao ouvinte a necessidade de aprender algo além da normativa escolar de ler e escrever. Ao debater o tema igualdade, ele trabalha como se fosse um tema gerador e, ao longo da música, desenvolve vários ensinamentos para demostrar que o mundo capitalista gira em torno de valores baseados no dinheiro, deixando de lado os valores humanos. O rapper busca na sua construção fazer algo parecido com o que a educação popular propõe, conscientizar os sujeitos para os problemas políticos e sociais de escolhas que não consideram valores humanos, educar para o autor, e a música é utilizado como esse instrumento, pode ser compreendido como um ato necessário para fazer com que uma profissão proporcione ganhos para além dos financeiros.

Em outra música, Azagaia destaca outro elemento muito importante nas minhas considerações para a compreensão da educação popular em Moçambique. Ele cita na música "Cães de Raça": “Expulsei colonos, mas nunca o colonialismo”. Nessa passagem, destaco o papel da luta anticolonial para a construção da educação pós-independência. Assim como Samora Machel, o rapper ressalta que as formas coloniais não precisam de colonos para serem reproduzidas. Esse elemento é fundamental na crítica educacional para qualquer ruptura com o conhecimento europeu como único e verdadeiro, bem como para a valorização de um conhecimento afrocentrado que reconheça os saberes locais como válidos e validados. A música do

artista é o segundo elemento constituinte para compreender como se produz a educação popular no país.

Durante o período que residi em uma Maputo, fiquei em um bairro chamado Coop, próximo de um dos campi da Universidade Eduardo Mondlane. Nesse bairro, havia um mercadinho chamado Al Houda, onde a gente sempre fazia compras, e uma padaria chamada Il Piato; ambas ficavam em uma avenida chamada Vladimir Lenine. Nas proximidades, existe uma praça chamada Praça da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM). Nesse local, em frente ao supermercado, eu frequentemente conversava com um guardador de carros vindo da província norte de Moçambique, Nampula. Ele se chama Samir, sempre bem informado, sabia dos acontecimentos, principalmente no mundo árabe, com antecedência, antes dos veículos que eu acompanhava noticiá-los. Ele era muçulmano, esqueci de mencionar. No período em que a Síria quase depôs o Al-Assad, ele já sabia e disse que os EUA colocariam um novo no lugar. Sempre que eu ia comprar pão no final da tarde, conversávamos sobre política. Fiquei impressionado porque ele falava Português, Árabe, Xangana, Macua e Inglês. Disse que veio de Nampula para Maputo trabalhar com o primo, mas infelizmente não deu certo. Durante as conversas, contou que não teve educação formal, mas que na comunidade dele sempre havia algo para aprender. Não consegui fazer uma entrevista com ele, mas no convívio percebi algumas coisas interessantes sobre escola e educação. Considerando sua visão e conhecimento de mundo, ele extrapolava as vivências escolares, que não foram muitas; as tradições culturais e os momentos políticos que viveu lhe proporcionaram uma visão mais aprimorada. Isso contraria a lógica ocidental sobre a função da escola, onde reproduzimos as visões escolares convencionais. Isso é importante para este trabalho: a escolarização sempre está em segundo lugar em relação à educação popular. Infelizmente, durante a realização deste trabalho, não consegui visitar as províncias do norte de Moçambique, o que seria de extrema riqueza qualitativa para a dissertação, permitindo contato com outros grupos étnicos dessas regiões. Espero que essa lacuna seja preenchida no doutorado com uma pesquisa ampliada nesse local. Para compreender um pouco esses elementos não abordados nas entrevistas, busquei na literatura de Paulina Chiziane e de Ungulani Ba Ka Khosa.

Durante a estadia em Maputo, conhecemos uma brasileira que realizou pesquisa de doutorado em 2011 em Moçambique sobre a obra da escritora moçambicana Paulina Chiziane: Rosália Diogo, professora mineira aposentada que

desenvolvia pesquisas no país e nos prometeu, em uma feira literária, levar o grupo para conhecer Paulina. Devido às manifestações, esse encontro demorou bastante e só ocorreu em janeiro de 2025, três meses após o prazo combinado. O encontro — aliás, os encontros: depois disso, visitamos quatro vezes a autora em sua residência — renderiam uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado pelo conteúdo e aprendizagem que proporcionaram. Mas vou me ater a um elemento que foi fundamental para a construção deste trabalho: em uma conversa regada a cerveja 2M, Paulina me fez notar algo que, na minha avaliação, é muito importante — as diferenças entre a educação no norte do país, onde ainda não há um avanço significativo do capitalismo, e na capital, centro do desenvolvimento capitalista do país. Ela me presenteou com um dos seus livros, Nikete; nele destacamos esta passagem:

> É algum crime ter uma escola do amor? [...], Em lugar de destruir as escolas do amor, por que não reformá-las? O colonizado é cego. Destrói o seu, assimila o alheio, sem enxergar o próprio umbigo. E agora? Na nossa terra há muito desgosto e muita dor; as mulheres perdem os seus maridos por não conhecerem os truques do amor. Fala-se de amor e aponta-se logo o coração e nada mais. Mas o amor é coração, corpo, alma, sonho e esperança. O amor é o universo inteiro e por isso nem a anatomia nem a cardiologia conseguiram ainda indicar onde fica o amor. (Chiziane, 2019, p. 51)

Paulina não trata algo do imaginário fantástico literário nesta passagem; a escola do amor, mencionada, diz respeito aos ritos de iniciação dos jovens dos diversos grupos étnicos moçambicanos e, por consequência, quando ela afirma que as escolas estão sendo fechadas, refere-se ao combate feito pelo Ocidente em relação ao fim desses ritos. Nesse trecho do livro, o diálogo ocorre entre a personagem principal, Rami, e uma conselheira amorosa da etnia Macua, que discute a necessidade das escolas para educação dos homens para o amor. Percebemos a relação entre escola e vida, e a autora destaca uma leitura importante para nossa análise: as tradições não podem ser destruídas, precisam ser reformadas para se adaptarem às realidades atuais. Esses ensinamentos ancestrais encontram-se desvalorizados, e toda a sociedade perde com isso. Ao trabalhar o termo amor, constrói uma ampla cadeia interpretativa que não desconsidera a ciência, mas valoriza os saberes populares, ao afirmar que a anatomia e a cardiologia sabem onde fica o coração, mas não sabem onde está o amor.

Para nossa compreensão, a literatura de Paulina Chiziane, assim como a de Ungulani Ba Ka Khosa, que será analisada em breve, nos mostrou muitos caminhos; é uma importante fonte em que encontramos uma visão social que analisa com qualidade a realidade. Meu encontro com Ba Ka Khosa ocorreu em dois momentos: logo que chegamos a Moçambique, participamos de uma atividade realizada na Universidade Pedagógica de Maputo, em conjunto com o Ministério da Igualdade Racial do Brasil. O evento era dos Caminhos Africanos, programa de intercâmbio que levou jovens universitários de diversas graduações do Brasil para conhecer Moçambique. Ungulani foi um dos palestrantes; percebi sua visão bem crítica e criteriosa da sociedade e anotei seu nome para buscar livros que servissem como fontes para este trabalho. Num segundo momento, Paulina indicou o autor. Em um de seus livros mais recentes, Assim não, senhor presidente!, Ba Ka Khosa desenvolve rica análise sobre a sociedade moçambicana pós-independência, que nos embebe de tantas possibilidades de reflexão. Contudo, assim como Paulina Chiziane, buscamos focar nos elementos de encontro com a educação popular como estratégia de ação para o povo. Nesse sentido, o autor destaca que “A maior parte do povo, distante dos valores ideológicos, queria somente a liberdade de estar, caminhar, sentir e saborear a terra como deles (Khosa, 2023, p.30).” Nesse recorte do livro, o autor analisa o momento da assinatura dos acordos de Lusaka, ocorrida na Zâmbia entre Portugal e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que reconhecem o direito de independência de Moçambique e estabelecem uma transição para sua realização. Mostram, na visão do autor, que o marxismo, socialismo e todos os valores ideológicos eram menos importantes diante da necessidade do povo, que era a liberdade, algo próximo do que Julius Nyerere também desenvolve em relação ao governo socialista da Tanzânia.

> Nós, na África, não precisamos ser 'convertidos' ao socialismo, assim como não precisamos ser 'ensinados' à democracia. Ambos estão enraizados em nosso passado — na sociedade tradicional que nos formou. (Nyerere, 1967, p. 31)

Os autores abordam dois elementos importantes para a construção desenvolvida neste estudo: a contradição entre os governos socialistas no continente africano e a liberdade do povo pós-independência. Este segundo aspecto é um tema recorrente em trabalhos da rica filosofia africana. Entre os vários intelectuais que

refletem sobre a questão está Severino Ngoenha, em seu livro – "Filosofia Africana: Das independências às liberdades", considera que

> Em Moçambique, a educação teria de ser uma tentativa de criação de disposições democráticas através da qual se substituíssem os antigos hábitos de passividade, de sujeito passivo, aquele que participa como objeto na realização dos programas, por novos hábitos, de participação, de sujeitos ativo, aquele que tem direito de dizer que é bom para a sociedade de acordo com o novo clima de transição das independências às liberdades. (Ngoenha, 2018, p. 11)

O paradigma da participação é visualizado tanto em Ngoenha quanto em Nyerere e Khosa; para os autores, de formas diferentes a experiência humana precisa ser valorizada de formas diferentes. O problema é educacional e será transformado valorizando o que já existe como programa de sociedade. Lembramos também que Samora Machel destacava o papel central da educação para lançar alicerces suficientemente firmes para as futuras gerações continuarem o processo revolucionário.

Ngoenha (2018), propõe que –

> As pequenas comunidades seriam o espaço de fecundidade de dons, capacidades e exigências singulares. Elas seriam o espaço de participação, de solidariedade e de amor. (Ngoenha, 2018, p. 191).

Para o autor, a filosofia africana é um conjunto de projetos de futuro; nesse contexto, o instrumento de liberdade seria a filosofia, desenvolvida em espaços comunitários onde a comunidade como escola, e onde os sujeitos poderiam desenvolver a sua solidariedade e amor.

Paulo Freire, indica que a educação é a prática de liberdade, o instrumento para o povo exercer o poder, para isso, é necessária uma educação que politize e conscientize o povo para os seus direitos, nessa caracterização da educação feita por Freire notamos a proximidade entre os pensamentos.

Com essas vivências e leituras, comecei a refletir sobre os limites da pesquisa inicial, pensar o que seriam práticas de educação popular em Moçambique, levando em consideração apenas as práticas desenvolvidas nos espaços de educação para a preparação do vestibular local era reducionista e limitado demais, pois interpretava a realidade a partir do meu repertório, o que era tradicionalmente conhecido em nossa vivência brasileira. Foi então que comecei a perceber outras questões, que já faziam

sentido para as práticas existentes aqui no Brasil, nos cursinhos, mas que eram tão comuns que mereciam análise além do natural. Entre elas, a formação coletiva e gratuita presentes nas práticas populares, como o curandeirismo, a música, os centros de formação negros, e espaços semelhantes aos de sociabilidade negra do Brasil, como escolas de samba, grupos de capoeira e outros. Nesses locais, visualizamos possibilidades de análise e realizamos diversas entrevistas orais para conferir essas hipóteses.

Para coletar os dados, optamos por colher narrativas de vida a partir de entrevistas livres,

> Na entrevista livre, o entrevistador apresenta um tema, podendo propor também uma questão, deixando o entrevistado livre para falar, sem maiores intervenções. O entrevistador poderá também realizar uma entrevista mista, apresentando algumas questões mais estruturadas e outras com mais espaço para o entrevistado expressar-se. (Eiterer, et al., 2010, p. 26)

O tema da entrevista era “educação popular”. Após uma contextualização sobre o assunto, seguimos com um roteiro aberto para criar uniformidade nas perguntas: 1. Onde você nasceu? 2. Conte um pouco como foi sua vida escolar. 3. O que lembra desse período e como eram as condições da sua escola? Depois dessas três questões, as demais seguiam a lógica exposta pelo entrevistado, elementos que eu visualizava como importantes para a entrevista eram aprofundados. Conheci e dialoguei com todos os entrevistados várias vezes antes da conversa, busquei elementos de interação para tornar o momento mais leve e descontraído. Descobrindo vários aspectos da vida do entrevistado, podemos conduzir perguntas para aprofundá-los.

Ao ler sobre o projeto educacional de Moçambique pós-revolução, a partir dos discursos de Samora Machel, minha primeira questão era tentar conferir como o povo participou ou se ausentou desse processo, onde estavam os sujeitos, quais e eram as suas preocupações nesse período, quais foram as suas contribuições e como esse discurso chegava a essas pessoas. Para um pesquisador, é necessário vincular esses discursos e colher os impactos na realidade.

Por muito tempo mantive essa preocupação, buscando pessoas para entrevistar que viveram esse período, mas não tive sucesso até que, por um grande acaso do destino, depois de conhecer Paulina Chiziane, que foi muito importante em

nossa vida em Moçambique. Ela era, tal como uma árvore, nos deu sombra e esperança em momentos delicados, além de nos conectar com pessoas que, sem saber, seriam fundamentais para essa pesquisa. A primeira foi um produtor dela, chamado Eduardo Salmo, que também entrevistei para a pesquisa, mas antes de falar da sua contribuição, devo voltar à questão inicial. Durante a visita à casa de Paulina, dissemos que havia grande desejo de ir em um local onde existisse um Baobá, em Moçambique, conhecido como Embondeiro, e comentamos que, em nosso imaginário de pessoa afrodiaspórica, essa árvore simbolizava a árvore da vida. Ela nos contou que uma vez gravou um clipe lá em uma casa no bairro de Chamanculo C, onde está a única árvore desse tipo existente em Maputo. Isso me interessou bastante, pois já havia lido sobre o bairro no livro de Ungulani. Essa zona, ou como chamam em Moçambique, esse sítio, era composta por assimilados — termo usado pelos portugueses no período colonial para identificar aqueles assimilados à cultura portuguesa — e, assim como aconteceu em diversos locais governados por Portugal, esses moradores podiam viver ali. É um bairro tradicional, assim como é o bairro da Mafalala, local que destacarei em breve neste trabalho. Paulina ligou para o Eduardo no mesmo dia e pediu que ele agendasse uma visita para nós; no dia seguinte, entramos em contato com ele e seguimos a pé do local de encontro até o bairro. O ponto inicial foi a feira popular de Xipamanine. De lá, caminhamos por locais históricos da luta popular por independência; no caminho, passamos pela casa onde um dos ex-presidentes nasceu e cresceu. A caminhada pelo bairro foi muito importante para termos contato com a experiência popular.

Eduardo é uma pessoa bem conhecida no bairro e sempre parava para cumprimentar alguém, aproveitando para conversarmos um pouco com os moradores, até que chegamos no local. Eduardo já tinha falado que iriamos conhecer o “Vó Nuro”, tradicionalmente em Moçambique usam os termos “Vó” e “Vô” para se referir às pessoas mais velhas, no sentido de mais sábias. A velhice é tratada com muito respeito, e aos mais velhos é reconhecido o papel de transmissão de saberes. Ao chegar ao local, notei um segundo aspecto que já havia lido na obra de Ungulani Ba Ka Khosa (2018): a casa era com paredes e telhado de zinco. Segundo o autor, os habitantes dos bairros de Chamanculo, Xipamanine, Mafalala e outros foram proibidos de construir casas de palha pelo governo português, depois de um grande incêndio na década de 1960. Conheci essa história de forma mais profunda na visita ao Museu da Mafalala. Os telhados das casas tornaram-se um demarcador social: para os

negros mais pobres, só era permitido um telhado com uma água; seguindo esse padrão, aos demais eram permitidos dois, e para outros, como indianos, mais caídas. Abaixo, uma foto da casa.



Imagem 4: Foto da casa do Vô Nuro, bairro Chamanculo, Baobá ao fundo. Fonte: arquivo pessoal

Notamos que à casa do lado direito também apresenta o mesmo estilo de construção, mas ao lado esquerdo já percebemos uma casa com tijolo de material com cimento.

5.3. “Mas a gente também fazia um bocado de trabalho subversivo, coisa assim” – entrevista com Vô Nuro

Nurmahomed Lassano Norgy, ou apenas Vó Nuro, infelizmente faleceu três meses após meu retorno ao Brasil, em julho de 2025. Ele era o dono da casa do Boabá junto com a Vó Rita, que também entrevistamos; ela é uma médica tradicional, ou, em

Moçambique, denominada curandeira, Nyanga na língua Changana. Em breve comentaremos a entrevista realizada com ela. Nuro concedeu-nos uma entrevista na qual percebemos, em vários momentos, sua expectativa por uma revolução para o povo. Ele era gráfico, e o governo moçambicano a partir do governo financiou sua ida ao Brasil na década de 1980. Ele foi ao Rio de Janeiro, ao SENAI, para fazer um curso sobre as artes gráficas. Nuro era cantor de Marabenta, ritmo tradicional de Moçambique, em uma banda chamada grupo Bantu. A qualificação não se limitou à formação gráfica, mas contribuiu para sua reconexão com territórios afastados da vida ancestral. No Rio de Janeiro, numa atividade no estádio do Maracanã, ele teve contato com uma moça vestida de branco, provavelmente uma afro-religiosa. É interessante notar que a partir disso, ele tomou consciência da necessidade de a Vó Rita iniciar a sua formação na medicina tradicional, pois ela disse que ele precisava deixar a sua esposa se formar nessa área. Aqui abrimos um parêntese: o diálogo na história não deve ser construído a partir da lógica verdade/mentira; nessa passagem, para além do que ele disse sobre o contato com a afro-religiosa, o espaço pode ter feito com que percebesse que, se no Brasil ser de uma religião afro era normal, também poderia compreender essa normalidade em Moçambique. O importante na análise é a narrativa que constrói, o contexto e a realidade existentes. Esse contato entre culturas pode ter ampliado sua concepção sobre a experiência de vida; a educação popular proporciona esses espaços, nos quais o ser humano se sente à vontade para escolher.

É importante notar aqui que a experiência humana está ligada à educação; ela não é desconectada nem produzida exclusivamente na escola. As experiências humanas mostram que a vivência educacional ocorre em qualquer lugar e espaço. Nuro, cantor de Marabenta e gráfico, destacava principalmente o papel da cultura, sobretudo a produção artística presente desde o período de resistência colonial em um centro cultural próximo de sua casa, no bairro de Xipamanine, existente até atualmente, chamado Ntsindya, que existe até hoje. Para Nuro, aquele espaço era significativo, não só porque tocava com o seu grupo musical e via outras apresentações, mas porque aquele espaço era um local de formação política e educacional, segundo ele: *“é um lugar que nos marcou forte. Ali houve uma altura que um velho que esqueci o nome dele, tinha um programa da Língua Ronga.* E prossegue indicando que

> Aquilo no tempo dos portugueses era uma sede de grupos negros, Ronga. Aquilo se chamava Centro dos Negros da Província de Moçambique. É assim como se chamava [...] É assim como se chamava. Então, ali, os frequentadores dali eram realmente moçambicanos. natos, não sei, mas todos moçambicanos. Grandes nomes passaram por ali. Grandes nomes. Até eu me acostumei a ver várias vezes o próprio presidente Gebusa, que é um dos elementos grandes daquele sítio ali. Era um sítio que especificamente era chamado de negros moçambicanos. (Nuro, 2025)

O programa de rádio na Língua Ronga ensinava os jovens sobre a língua, algo que nas escolas da época não era permitido e ocorre hoje lentamente. Em sequência, a fala do entrevistado, ressaltando que no local até pessoas que viriam a ser presidentes frequentavam, demonstra toda uma rede de valores criados para o espaço social, destacando que a maioria dos frequentadores era negra, moçambicana, enquanto os portugueses não frequentavam. Para ele, o espaço cultural era um local onde eram praticadas diversas atividades de sociabilidade aconteciam, como bailes e casamentos; tudo que a comunidade pudesse desenvolver era realizado ali. Notamos que, para o interlocutor esse espaço era um misto de tudo que a escola poderia ter sido, mas deixou de ser; assim, compreendemos que o espaço cultural representava um local de desenvolvimento da educação popular, por ser um espaço de solidariedade negra. Além dessas atividades, Vó Nuro destaca que também ocorriam reuniões para mobilizar o povo para a revolução.

> Olha, um segredo, diga-se, passagem que Ali é onde se criou, onde se fez tudo que era importante e necessário para a luta armada. Ali. E a gente tinha a sua, sei lá, a sua associação, mas a gente também fazia um bocado de trabalho subversivo, coisa assim. (Nuro, 2025)

Para ele, esse espaço e o sonho de um mundo melhor estão distantes, mesmo com a produção de um livro e diversas músicas com seu grupo. Ele afirma que a sociedade está bem perdida, com jovens que não valorizam a cultura, não sabem falar a língua tradicional e usam roupas alheias à sua tradição. Noto que ele concebeu um projeto de sociedade onde a educação popular seria um meio necessário para reafirmar novamente valores que na sua concepção deveriam voltar, e por meio de suas músicas, livro, e visão de mundo poderia participa e contribuir para a educação do povo. Importante negritar que a educação deveria ser esse instrumento de participação política, seu instrumento de poder.

5.4. “Ali você fica até o tempo que o espírito desenvolve melhor” - entrevista com Vó Rita

Outra grande surpresa que tivemos ao visitar a casa do Baobá foi conhecer a Vó Rita, casada com Nuro, ela é médica tradicional. Em Moçambique, as médicas tradicionais, conhecidas popularmente como curandeiras, enfrentam grande estigma social. Para Rita, não era fácil aceitar que deveria participar da formação tradicional. Nesse contexto, é interessante destacar que esse elemento permanece no imaginário de seu marido; segundo ele, foi só depois da viagem ao Brasil que ele percebeu a necessidade de apoiar a Vó Rita no desenvolvimento das habilidades populares. Ele destaca que isso aconteceu após conversar no Brasil com uma mulher toda de branco, uma baiana provavelmente praticante de alguma religião afro-brasileira.

O acontecimento fala bastante sobre a realidade das práticas tradicionais em Maputo e como as resistências populares ocorrem para impedir as violências simbólicas que visam destruir as formas populares. Nesse contexto, Nuro pode ter percebido a importância ao participar de um espaço formal em outra nação e receber uma mensagem de alguém que, em sua concepção, também era importante por participar desse espaço formal. Percebi essa informação na primeira visita na casa do casal; ao chegar, notei que havia uma “palhoça” no quintal, que não era utilizada para habitação. Recordo que as moradias feitas com palha foram proibidas desde a década de 1960 no bairro; por esse motivo, lembrei que esse estilo de construção era utilizado pelas “Nyangas”, para receber seus pacientes, segundo Candido e Costa (2024). Fiquei mais interessado na visita.



Imagem 5: Palhoça presente no quinta da Vó Rita. Arquivo pessoal

Imaginando como seria o processo de formação de um médico tradicional curandeirista, na segunda visita, realizada semanas depois, perguntei se poderia saber como se dava essa formação, se existia uma universidade tradicional ou escola para isso, regulamentação do governo e qual a importância disso para a vida dela. Ela então detalhou brevemente e me deixou com mais dúvidas, que só foram respondidas na entrevista oral. Destaco aqui a necessidade de uma interação mínima entre o entrevistado e entrevistador, para que a entrevista flua, minimize receios em revelar elementos delicados e permita desenvolver perguntas baseadas nos conhecimentos já revelados e não são mais sensíveis, aprofundando os elementos da pesquisa.

Rita foi receber sua formação em uma vila chamada Magude, na província de Maputo, e ficou lá algum tempo para desenvolver, a formação segundo ela:

> Foi por causa dos meus filhos. A formação, É um processo um pouco delicado. Ali você fica até o tempo que o espírito desenvolve melhor, sabe falar aquela língua própria. Tem duas línguas. Tem Zulu, tem Nau. São esses dois que são mais difíceis. (Rita, 2025)

Rita, já tinha filhos e uma vida estabelecida quando iniciou o processo de formação, segundo ela, desde criança os “espíritos se manifestavam”, mas ela nunca conseguiu fazer a formação para conseguir entender, a mãe dela também não fez a formação na medicina tradicional e sem saber como reagir aos espíritos acabou morrendo. Isso afetou a vida inteira de Rita, e por isso buscou muitas vezes atendimento em hospitais.

> a formação fiz numa velha, na seguida daquela que ela tinha, ela formou-me. Passei a primeira, passei a segunda, a terceira o Espírito disse, eu quero ir para casa. Eu quero ir para casa porque os meus filhos estão a sofrer

A formação foi feita longe da família, segundo ela, só poderia voltar quando terminasse tudo,

> Eu não podia entrar aqui, enquanto estivesse lá. Eu só me encontrava com os meus filhos em Machumbumbo. Onde que eu pegava, vinha pra lá. Aquela tradição africana, não é? Eles são muito exigentes pra isso. Eu, graças a Deus, de 2000 pra cá, trabalhei muito. Só não fiquei rica porque onde que eu fui me formar, aquela velha nunca cobrava muito dinheiro. Não como agora, que fazem a formação para ganhar dinheiro. Fortunas de dinheiro que cobra para a formação. (Rita, 2025)

Para ela, a formação da medicina tradicional que libertou sua mente dos espíritos, só é válida se estiver baseada na solidariedade, ao mesmo tempo que ela recebeu a formação para manipular medicamentos tradicionais, e outros ritos espirituais recebeu também a formação sobre os valores humanos de comunidade, o que para ela está em decadência, e devem ser valorizados principalmente entre os jovens, segundo ela

> Os jovens hoje em dia necessitam dessa sabedoria. Claro. Os jovens hoje em dia são um pouco desconectados. Agora, hoje em dia, vai se abrir um centro de formação na medicina tradicional. Tem pessoas que estão se a formar para poderem escrever, traduzir, entender os mais novos. O que é isso? Porque de tantos anos que vivemos a sermos explorados, tinham fechado. Não sabia isso. Era proibido. Era proibido. Era só lá nos matos, não sei o quê. Mesmo batucada tinha que ser lá no mato. Mas agora foi abrindo, abrindo aos poucos, abrindo aos poucos. Só que o nosso povo ainda não está maduro. Por quê? Porque a vida que estamos a levar É uma vida que não educa. Bebedeira, bandidagem, deixar a escola. O que essa pessoa vai ser? (Rita, 2025)

Novamente notamos que a sabedoria popular está ligada aos interesses da vida em comunidade, para ela, as práticas do curandeirismos serve para ajudar pessoas, não para enriquecer.

5.5. “Que forma é essa de fazer poesia?” - Entrevista com o jovem Salmo

Entrevistei também o jovem Eduardo Salmo, Eduardo trabalha com eventos, é cantor, poeta e produtor cultural. Atualmente faz o curso de economia e negócios, na Universidade Joaquim Chizano em Zimpeto, região metropolitana de Maputo, o curso é pós laboral[5]. Conheci o Eduardo a partir da Paulina Chiziane, ele faz a produção dos shows dela, ele nos levou na casa do Vô Nuro, ele é multiartista participou de diversos clipes do Azagaia,

> a minha relação com a Zagaia já era esta da aproximação do irmão. Encontramos um dia a declamarmos no Crespo. E ele ficou honrado. Que forma é esta de trazer poesia. Com instrumentos tradicionais, mais africano, mais nosso? E eu disse para o Mano, eu também não sei explicar. Ele disse que não, vamos trabalhar juntos. Então foi quando convidei-lhe a fazer parte do álbum, ele disse numa boa. Gravamos na altura a faixa Leão de Gaza (Salmo, 2025).

A produção cultural do artista mistura elementos da cultura, suas músicas são críticas sociais, que assim como Azagaia são analises construídas de forma densa e crítica sobre a história moçambicana

[5] Os cursos pós laborais acontecem no período noturno. Os estudantes pagam mensalidades para a universidade, mesmo ela sendo pública.



Imagem 6 – Mano Azagaia – Aí de nós (participação de Eduardo – O poeta). Reprodução Youtube. Acesso 29 Jan 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YlYMzTBjScU&list=RDYlYMzTBjScU&start_radio=1

Na música abaixo, notamos a construção da crítica, que parte de uma visão política é contra todas as mazelas deixadas pelo colonialismo que ainda persiste e segundo a letra, está em todos os cantos

> Contamos anos de independência
> Enquanto em alguns quarteirões há uma grande dependência
> (Azagaia, 2021)

É interessante notar que no decorrer da entrevista vemos como a luta do cotidiano, composta por experiências de vida, moldaram sua visão de mundo,

> Olha, é tão interessante, Jorge, porque, eu me recordo que quando estava no ensino secundário, a minha escola é em Santo Antônio da Malhangalene, para quem vai à Xiquelene, e eu vivendo aqui no Xipamanine, tinha que fazer esse trajeto todos os dias à pé, falta de condições para apanhar o chapa, o ônibus, né. Então, meu amigo, que é o Jorge Faduc, disse-me, Eduardo, nós estamos a sofrer muito. Todos os dias vamos à escola a pé, voltamos a pé, e há momentos em que tínhamos educação física. Porque a aula de educação física era no período da manhã, e a nossa aula era à tarde. Então ele dizia, nós temos de transformar em palavra este nosso sofrimento. Então para ele disse que vamos fazer um diário. Então começamos a escrever de forma livre, sem rima, sem nada. E eu achei interessante, porque eu queria. Que guardasse aquela memória do sofrimento do

> dia a dia. Então é quando ele diz para mim, Eduardo, já temos o nosso diário, por. Que não aventurarmos para a poesia?

O caminho percorrido pelos dois jovens era de mais ou menos 6km, para o jovem Eduardo o aprendizado se fez necessário no cotidiano, escrever foi um processo necessária para aliviar uma dor. De forma diferente ele cita que para ele, a poesia era coisa chata antes, porque a literatura portuguesa que ensinavam na escola não estava presente na realidade dele. Isso mudou quando a poesia mostrou que eles eram capazes de reinventar, recriar e mostrar seu ponto de vista no mundo.

Por fim, uma das vivências mais representativas que tive em Maputo, foi a recepção e solidariedade coletiva presente nos aniversários, as chegadas, entregas de presentes, saídas e homenagens são sempre compostas de momentos de muita música, nós notamos o acolhimento, agradecimento, partilha, é algo do tipo você é bem-vindo aqui e eu estou te recebendo cantando, isso é bem importante porque se aproxima dos ritos brasileiros presentes em religiões afro-brasileiras, como o candomblé e na umbanda, essa tradição banto ela é bem presente rituais das religiões.

5.6. Visões interpretativas: refletindo as práticas

A ngozi ya muyakelani hi ngozi yakú.
(A tragédia do seu vizinho é a sua tragédia)
Ditado Changana

Coletividade é confiança; no provérbio da língua Changana reproduzido acima, notamos um apelo ao coletivo. A vida, enquanto expressão do povo, revela necessidades. Esse ditado carrega muitos significados humanos para a comunidade, e esse saber popular necessita ter um eixo de pensamento e uma lição para ganhar força e ser escutado.

Em sentido geral, podemos compreender que a educação popular em Moçambique se aproxima da experiência brasileira, a colonização e a diáspora nos aproximaram de forma ancestral, durante os sete meses que convivi e vivi no país tive muitos encontros que me aproximaram ainda mais de uma ancestralidade, que antes era imperceptível sem a vivência, a música, comida, formas de viver, resistir, agir, de partilha e solidariedade nos mostram caminhos muito importantes. Costumamos saber

quem é Duque de Caxias, os feitos de arquitetos como Antonio Landi, Pedro Teixeira entre vários, mas não percebemos que as nossas heranças ancestrais estão forjadas em ferros nas grades das portas de nossas casas, arte Adinkra que é reproduzida de forma ancestral por anos e não valorizamos.

Um dos elementos mais importantes para aprender é observar os espaços de produção de cultura humana, nas ruas de Moçambique durante os protestos, aprendi bastante sobre a mobilização para a resistência, as formas de resistir são próximas das que existiam no período das lutas pela independência. Escutando Azagaia aprendi que a luta contra o colonialismo europeu e por liberdade continua desde a independência. As produções de Castiano e Severino, me ensinaram sobre a necessidade de renovação dos processos de construção política, baseadas na filosofia africana. As feiras me ensinaram sobre a riqueza cultural e alimentar do povo.

A Vida em Moçambique é como uma escola da vida, viva, algo real e relacionado com sua sobrevivência, não é um prédio desconectado e cheio de cercas, que servem apenas para formação acadêmica, ele deve servir para a realidade prática. A escola em Moçambique é uma escola comunitária, e nela aprendem-se valores comunitários. A experiência que vivi nesses espaços renovou minha forma de pensar os processos educacionais, e educação Popular e a própria vida.

6. PARA UMA EDUCAÇÃO POPULAR QUILOMBISTA: A CONTRIBUIÇÃO DA REDE CONFLUÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

Ao nomear um cursinho popular como quilombo educacional, e destacar que eles desenvolvem práticas de educação quilombista e afrocentrada, podemos causar confusão à primeira vista, pois os cursinhos populares da Rede Confluências, não possuem (diretamente) relação com o que foram ou são os territórios quilombolas, passados ou atuais. Partindo das construções teóricas de Abdias do Nascimento (2019), sobre o Quilombismo, destacamos que

> Precisamos e devemos codificar nossa experiência por nós mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e de sua respectiva visão de futuro. (Nascimento, 2019, p.289)

O autor destaca que as práticas e experiências negras foram fundamentais para resistência ao longo da história negra, essa mesma experiência é uma metodologia que precisa ser valorizada, como ele cita, as lições teóricas dela precisam ser sistematizadas, nesse sentido, destacamos também Asante (2009),

> Assim, a afrocentricidade reconhece e respeita a natureza transitória do eu – e não é contra o eu, mas a favor da pessoa. De fato, pode-se até declarar que a afrocentricidade se dedica fundamentalmente ao eu coletivo e, portanto, está proativamente engajada na criação e recriação da pessoa em grande escala. (Asante, 2009, p. 104.).

Tanto Nascimento quanto Asante, destacam a coletividade das experiências negras como fator fundamental dos seus métodos. Nesse sentido, nos cursinhos, pensamos no sujeito como indivíduo conectado à sua realidade, a partir da sua coletividade, contexto social, vida afetiva, a raça, sexualidade. Nessa proposta, as atividades são desenvolvidas para proporcionar a coletividade e a solidariedade. Sendo assim, o projeto educacional popular precisa se integrar aos elementos da vida cotidiana, a escola, sala de aula não pode ser algo desconectado do mundo vivido, precisa estar e partir do mundo real, sendo assim destacamos nesse capítulo elementos fundamentais para esse desenvolvimento.

Qual a lógica de uma pedagogia Quilombista? Lembro que existia uma escola particular em Belém chamada Cearense, ela foi famosa na década de 1990 e início dos anos 2000. Eles tinham como slogan o tema “No cearense nascem as verdadeiras feras do vestibular”. Muitos amigos estudavam lá, e outros fizeram cursinho pré-vestibular no local. O importante naquele período era o desejo coletivo de estudar na escola e ser uma fera do vestibular. A propaganda feita por Orly Bezerra tinha um marketing tão forte que até hoje está na mente das pessoas. A campanha ainda circula nas redes sociais de páginas sobre a memória de Belém, mantendo essa perspectiva viva. Atualmente, os aulões públicos, que se multiplicam na nossa sociedade do espetáculo, levam milhares de pessoas e alimentam esse tipo de educação mercadológica e bancária. Esse modelo de educação é tão forte que o governo do estado realizou, nas vésperas da prova de humanas e linguagens do Enem, no ginásio poliesportivo Guilherme Paraense (Mangueirinho), no dia 28/11[6], um evento que reuniu milhares de estudantes nas arquibancadas e quadra do ginásio. Sem

[6] https://www.seduc.pa.gov.br/foto/2149-aulao-enem-para. Aulão ENEM Pará. Acesso em 26 dez 2025.

compromisso algum com a continuidade formativa ou construção de conhecimento, esse formato educacional, que vende a educação como um produto ou um show, atrai multidões que consumem esse produto e buscam o próximo, como quem busca um pacote de biscoitos no supermercado, evadindo das propostas educacionais mais concretas. Esse formato de educação é vendido nas redes sociais; diversos cursinhos mercadológicos comercializam pacotes de aulões. Para a maioria que não pode pagar pela educação nesses locais, que pode custar até mais de um salário mínimo, compram essas amostras, às vezes até gratuitas, usadas para atrair público e incentivar a compra de pacotes online ou matrícula em turmas. As redes sociais assumiram o papel de propagar essa educação do espetáculo, que antes era feita na TV. Hoje, possuem alcance muito maior e alimentam o fetiche de consumir esse produto, um modelo de educação superficial. Assim como as redes sociais desenvolvem um efeito em nossa mente nas rolagens de conteúdos que não deixam parar, nossos jovens buscam e são incentivados a consumir esse formato. É notório que isso gera grandes problemas em sala de aula, já que eles buscam apenas esse divertimento e têm dificuldades para se concentrar.

Nesse contexto, voltamos ao debate sobre a lógica de uma educação quilombista. Como produzir outros saberes, como insurgir saberes em locais dominados por esses modelos de educação? Como fazer isso em locais onde somos visitantes? Nossa aposta principal é no uso da esperança; o sonho de passar no vestibular está presente na consciência coletiva da população periférica. Lembro que meu sonho também era estudar no cearense e ser uma fera do vestibular. Isso ocorre porque Belém é uma das poucas, ou talvez a única, capital onde o resultado do vestibular é divulgado nas rádios, com os nomes dos aprovados lidos durante horas. Assim, esse desejo coletivo foi captado pelos cursinhos da rede e, em nossa propaganda, é transmitido como esperança. Nego Bispo (2023) considera que é preciso contracolonizar os saberes, atribuindo novos sentidos a objetos ou conceitos que existem com o objetivo de dominação. Nesse aspecto, utilizamos as redes sociais para alcançar jovens; nossa propaganda começa pela lógica da vitória, com as fotos dos aprovados nos vestibulares. Lançamos inscrições para novos estudantes dos cursinhos logo após os resultados dos listões da UFPA e UEPA, fato que atrai centenas de jovens e adultos para os cursinhos. Em seguida, valorizamos outros elementos, mas precisamos iniciar a partir de uma lógica e subvertê-la logo depois.

Ler a conjuntura é fundamental para entender a realidade e atuar sobre ela. No Brasil e no mundo, observamos o avanço de formas de existência centradas no extremismo, com destaque para a ascensão do neofascismo, com um projeto bem profundo e com tentativas de domínio educacional. Com experiências e metodologias desenvolvidas principalmente em meio virtual, como por exemplo, a plataforma virtual chamada Brasil Paralelo, plataforma de ensino cujo valor fundamental é “resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros, uma empresa privada de jornalismo, entretenimento e educação”[7]. Avançam sobre jovens e adultos com cursos e filmes que possuem papel de sustentação de práticas machistas, misóginas, patriarcais, homofóbicas e racistas, um pacote que atende uma parcela da população que tem uma posição principalmente Bolsonarista.

Entendemos que passamos por um momento de catástrofe das formas tradicionais de militância popular. Nesse cenário, não existe um fracasso definitivo, mas caminhamos para isso. Por isso, é sempre importante pensar como renovar os processos educacionais populares para contrapor essa lógica extremista. Por exemplo, como podemos lutar contra a evasão de estudantes dos cursinhos populares, consequência desse modelo de educação do espetáculo.

Nos cursinhos da rede Confluências visualizamos um grande processo de evasão: de 620 estudantes no início do ano, em sua maioria mulheres, negros, jovens e moradores de periferia, na reta final do Enem nos 9 cursinhos de 2025, chegamos a apenas 120, um quinto do total. Longe de acreditar que podemos conduzir nossa pedagogia baseado apenas na permanência em massa, já que variáveis como saída para ocupação informal e formal de empregos, desistência baseada no modelo de educação, entre outros, fazem eles desistirem, nossa batalha principal é fazer com que eles mantenham a esperança no futuro. A festa do vestibular no início do ano é fundamental para esse sonho. Culturalmente, o acesso ao ensino superior ainda é um sonho acessível na região metropolitana, algo palpável, pois eles conseguem ver que, ao lado da casa deles na periferia, um amigo, parente, conhecido ou desconhecido acessou a universidade. Nesse contexto, os cursinhos são abrigo para essa luta, um quilombo, onde eles desenvolvem relações de solidariedade e lutam coletivamente para alcançar esse objetivo. Nesses espaços, tem oportunidade de desenvolver dinâmicas de solidariedade que criam vínculos, quando não possuem dinheiro para a

[7] Definição presente na plataforma, https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo, acesso em 01/01/2026.

passagem, a caixinha coletiva que roda na sala diariamente ajuda eles, quando eles querem desistir os professores, coordenadores e estudantes dizem para não desistirem e oferecem suporte social e psicológico.

Compreendemos que os processos educacionais precisam contribuir para a experiência coletiva dos sujeitos que participam dos cursinhos. Precisamos ir para além do ensino das disciplinas curriculares. Proporcionar ao estudante processos que incentivem a sua leitura de mundo e influenciem sua permanência só pode ser alcançado com a coletividade, onde ele consiga construir, viver e experimentar práticas que valorizem seu cotidiano e demonstrem que é possível sonhar. Utilizando a paráfrase de "O carteiro e o poeta", "A poesia é de quem precisa dela", podemos dizer que a Educação popular é de quem precisa dela. Ela constitui um excelente instrumento de mudança social. Pedroza, Oliveira e Pulino (2023) consideram que

> O contexto escolar pode tanto se configurar como um espaço que funciona a favor de um aparelho ideológico hegemônico como pode assumir uma posição que permite o desenvolvimento de formas autônomas de subjetividade. (Pedroza; Oliveira; Pulino, 2023, p. 3)

Consideramos que, nos cursinhos, assim como nas escolas, podemos encontrar práticas que reproduzem a posição hegemônica, porém, nos cursinhos populares há um espaço privilegiado para contrapor a lógica educacional hegemônica, já que esses são produzidos independentemente da gestão do Estado ou iniciativa privada. Sua maior parte é feita por movimentos sociais e, portanto, em seu processo de formação, na maioria das vezes, partem da contracolonização dos modelos tradicionais de educação. Esses sujeitos não buscam, em primeira opção, os cursinhos populares, são, após vários fracassos em cursinhos tradicionais e mercadológicos, que eles iniciam o processo de estudos para preparação ao vestibular em cursinhos populares. O que, a princípio, é fruto da ausência de recursos financeiros para pagamento de um cursinho tradicional, torna-se um processo de resistência, pois percebem que existem outras possibilidades de educação. Os processos de educação popular privilegiam outras perspectivas de mundo: a comunidade, a solidariedade, a partilha e a família são fundamentais, pois a permanência do estudante nas turmas depende principalmente desses aspectos. Nesse sentido a educação popular se aproxima do que são os processos tradicionais de educação em Moçambique, necessitam estar conectados à vida da pessoa de

forma complexa, a vida tem que acontecer dentro da sala de aula, no sentido de valor comunitário.

A consciência política em relação à educação como processo de prática de liberdade é demorada, são variados os questionamentos desenvolvidos por eles dentro de sala de aula sobre a metodologia da educação popular, isso gera conflitos e desistências, mas em muitos casos, para quem permanece, pode ser alcançada no decorrer de um ou dois anos de permanência nos cursinhos, notamos uma mudança nesses sujeitos, que se transformam e são mais participativos. Os cursinhos são espaços onde a esperança é um ato comum, a solidariedade, a agência negra proporciona um local "ideal", para as necessidades humanas desenvolvidas por esses sujeitos sociais

Aquilombar é ter novas práticas, práticas que são do nosso cotidiano. A sala de aula não é um território estrangeiro, ele deve ser um espaço formativo ligado à nossa realidade periférica, negra, lgbti+ e anti-patriarcal. A prática da comunidade precisa estar nesse contexto, muito mais do que aulas interdisciplinares ou bancárias, esse território precisa estar ligado e ter práticas que os estudantes vivenciam no seu cotidiano, como ir aos seus territórios e debater os problemas do seu cotidiano. Como destaca Nilma Bentes, os movimentos sociais fazem com que as teorias pedagógicas sejam renovadas.

6.1. Educação popular é de quem precisa dela: lições da experiência

Em 2011, mesmo ano em que Abdias do Nascimento faleceu, foi o ano que iniciamos o trabalho aqui em Belém. Naquele período, não tinha noção sobre quem era Paulo Freire, muito menos quem era o Abdias do Nascimento. Sem experiência, criamos um cursinho lá no bairro da Cremação, na escola Amilcar Tupiassu. No dia 5 de maio de 2011, realizamos uma aula inaugural, com a professora Ana Tandredi como debatedora principal. Nossa ousadia era grande, em menos de dois meses, reunimos educadores e iniciamos as aulas. Homenageamos a militante dos direitos humanos Isa Cunha, nomeando a turma em sua homenagem. Eu integrava a equipe de coordenação da Rede Emancipa e dava aulas de história no cursinho. Rapidamente, os alunos começaram a evadir, não apenas pela ausência de estrutura física e pedagógica — não havia estrutura mínima, como Datashow, computador,

apostilas e até marcadores para o quadro branco —, mas principalmente pela falta de um eixo político próprio. O corpo docente era composto por membros do movimento estudantil da UFPA e UEPA, de algumas licenciaturas, a maioria era filiada a partidos. O objetivo do cursinho era mais o de atender uma demanda partidária de lastro social na periferia, algo importante no nosso pensamento naquele período. Nosso foco era eleger um vereador em Belém, o cursinho serviria para ocupar um espaço político na periferia. Esse objetivo limitava nossa atuação, e o fracasso foi consequência. O cursinho acabou antes do final do segundo semestre e a da prova do ENEM.

Mas a nossa análise no período não caracterizou esse problema como principal. Em 2012, tentamos novamente e criamos um cursinho na escola Mário Chermont. Essa mudança na nossa perspectiva facilitaria a participação dos professores, pois a escola estava mais próxima das avenidas principais onde os ônibus passavam. A experiência, porém, não teve sucesso, e finalizamos a turma antes das provas do ENEM. Só depois de muito tempo que visualizamos outros elementos que, somados aos já expostos, motivaram o fracasso. Entre eles estava a ausência de contato com o território: ninguém do bairro atuava no cursinho. A presença popular tornou-se um dos elementos obrigatórios para a abertura de turmas, pois é fator fundamental para o desenvolvimento das relações coletivas.

O movimento de educação popular não deve ser usado como suporte para ações políticas externas, colateral de transmissão política ou qualquer outra iniciativa de outro movimento. Um cursinho popular precisa ter um programa e uma intervenção na realidade, construída em seus fóruns participativos, servindo ao interesse coletivo. O projeto educacional deve ser responsável com os sujeitos sociais que constroem o movimento. Em 2013, paralisamos as ações dos cursinhos na região de Belém e, em 2014, retornamos com novas disputas internas e externas a desenvolver. Em junho de 2013, com os atos de rua ganhando força no Brasil, a análise indicava a necessidade de um movimento que agregasse esses sujeitos; o movimento de estudantil foi eleito foco prioritário, com a juventude universitária como vanguarda nesse processo. Aos jovens fora desse contexto, seu papel não era destacável, motivo pelo qual deveríamos focar no movimento estudantil e sua juventude circundante.

Com muita disputa interna, conseguimos retomar o movimento de educação popular. Nossa ideia foi construir um cursinho na UFPA, já que a universidade possuía estrutura pedagógica e física, além de um corpo docente muito grande, composto por diversos estudantes das licenciaturas que estudavam lá e não precisariam se deslocar

até o bairro da Cremação para dar aulas, pois já estavam na universidade. Iniciamos as aulas durante dois dias na semana, terça e quinta, no período vespertino. Nosso objetivo era realizar aulas todos os dias da semana, mas naquele momento não havia corpo docente suficiente para isso; buscamos voluntários, mas não foram suficientes. As inscrições sempre foram online, principalmente pelo Facebook, e atualmente na rede em que temos mais seguidores, o Instagram. Em algumas unidades, como a da Vila da Barca, fazemos inscrição presencial para os moradores; realizamos o mesmo na unidade de Sevilha, que funcionou até 2023. O funcionamento da turma inicial da UFPA foi bem precário, diferente do que previámos; não conseguimos o número suficiente de professores, mas nessa turma desenvolvemos algumas experiências significativas de interação. Para suprir a ausência de algumas aulas, os estudantes com maior conhecimento serviam de suporte para os demais, iam ao quadro branco na frente da sala e auxiliavam os colegas. Essa foi possivelmente a primeira ação de solidariedade que os cursinhos desenvolveram. Os estudantes que ministravam aulas para os outros o faziam porque tinham um ideal coletivo de vitória, deixando de lado o perfil individualista existente e potencializado em cursinhos mercadológicos. A sala de aula era repleta de ações coletivas, como lanches comunitários e, naquele ano, por iniciativa dos próprios estudantes, foi criada caixinha solidária, todos poderiam doar valores que seriam usadas por quem não tivesse dinheiro para voltar para a aula no dia seguinte ou para casa no mesmo dia. Muitas vezes, os estudantes que assumiam as aulas se utilizavam também desse suporte.

A experiência acumulada no ano de 2014 contribuiu significativamente para a construção de um modelo de educação popular a partir de 2015. Nesse ano, tivemos o maior número de educadores voluntários, então lançamos uma turma nos formatos atuais, com todas as disciplinas, ministradas diariamente nas tardes, das quatorze às dezoito horas. Com a experiência adquirida, conseguimos desenvolver de forma mais apropriada as ações nos cursinhos. Nossa visão avançava a cada dia, percebendo que a sala de aula ela não era apenas uma sala, mas um espaço político com potencial crescente para humanizar os estudantes. No decorrer do ano, aprofundamos nossas ações pedagógicas, com um maior número de coordenadores de professores. Essas ações buscavam expandir estruturação em curso, potencializando a experiência humana dos sujeitos envolvidos nos cursinhos. Em 2015, implantamos a disciplina de Atualidades, um círculo de cultura com um tema gerador, no qual o professor da disciplina assume o papel de coordenador do círculo e facilita os debates. Durante o

ano, a greve das universidades públicas provocou a mudança do nosso espaço de aulas mudasse da UFPA para a UEPA. Mesmo assim, mantivemos um número expressivo de estudantes. Nossa estratégia foi dividir os estudantes entre os coordenadores e professores, acompanhando seus estudos presencialmente e virtualmente, e buscando soluções coletivas para os problemas apresentados pelos discentes. Nesse ano, com o suporte das aulas de Atualidades, mobilizamos os estudantes para as manifestações políticas de rua, que lutavam principalmente contra os cortes na educação.

No ano de 2015, começamos a visitar os calouros nas festas de aprovação, em suas casas, tradição mantida até os dias atuais. Participar das festas de aprovação tem objetivo importante em nossas ações pedagógicas; a interação criada com a família dos estudantes aprofunda os laços de comunidade entre o cursinho e a família do calouro, criando vínculos sociais e fazendo com que o cursinho não se afaste da rotina cotidiana. Iniciamos um período de renovação em 2015, começando a pensar a educação de uma forma geral e integrada ao cotidiano.

Em 2016, completamos dois anos na UFPA, e a gestão do Instituto de Ciências da Educação cobrou algumas questões para continuar cedendo a sala de aula ao cursinho, entre elas a necessidade de um projeto de extensão para oficializar o vínculo. Contamos a partir de então com as contribuições da professora Lúcia Isabel para desenvolver uma qualificação maior do trabalho. A experiência que a educadora trouxe fez o movimento avançar na formação dos militantes e no planejamento; apenas depois de cinco anos de desenvolvimento realizamos o primeiro planejamento com a professora Lúcia. Com estrutura consolidada, começamos a pensar na expansão: sair da universidade e criar turmas nos territórios era necessário, tanto pelo aumento da demanda — nossas inscrições passavam de 500 para uma turma de 60 vagas. Em 2017, a tentativa de expansão teve sucesso, criamos uma turma em Ananindeua. Com o reconhecimento do trabalho e com um programa de educação popular concreto, a rede atraiu cada vez mais voluntários, fortalecemos cada vez mais os processos formativos para atender essa demanda e avançamos nas atividades em sala de aula para fortalecer os vínculos de solidariedade entre os estudantes.

Ao mesmo tempo que ocorria a expansão do trabalho de educação popular da rede, o Brasil passava por graves problemas democráticos. A convulsão política iniciada em 2015 com os cortes do governo federal, somada aos desgastes dos anos sucessivos de descontentamento com os governos do PT, iniciada com grandes

eventos como a Copa do Mundo e catalisada por grupos de extrema-direita em protestos de rua desde 2015, culminou em 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, seguido de processos de precarização da vida no governo Michel Temer até 2018, ano iniciado com o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e finalizado com a eleição de Bolsonaro para a presidência. Apesar dos acontecimentos e retrocessos no Brasil, as turmas dos cursinhos continuavam em grande expansão, atraindo cada vez mais estudantes. Durante esse período, não nos afastamos dos processos de rua, construímos grandes debates, referendos e diversas campanhas locais e nacionais para resistir ao processos de precarização da vida. Em 2018, expandimos para mais duas turmas de cursinho: uma na UFPA no turno da manhã, homenageando Marielle Franco, e outra no bairro da Matinha. Em 2019, atingimos nosso ápice, com o trabalho popular sendo reconhecido em Belém e região metropolitana; chegamos a 7 turmas, duas na UFPA, uma em Ananindeua, Matinha, Vila da Barca, Benguí e Sevilha. Na maioria desses locais, desenvolvemos trabalhos em conjunto com a comunidade, seja com associações de moradores, centros comunitários, movimentos culturais e militantes populares que não estavam organizados nessas formas tradicionais de fazer política popular. Alcançamos mais de 3.000 inscrições de estudantes no início do ano.



Imagem 7: Aula inaugural da rede em 2019 na UFPA. Arquivo pessoal



Imagem 8: Estudantes, professores e coordenadores em campanha do plebiscito popular contra a reforma da previdência e cortes em Belém. Acervo pessoal.

Chegamos a números expressivos de inscrições; o desenvolvimento da propaganda nas redes sociais, mesclando e reinventando as formas de uso da propaganda tradicional para nossas realidades, foi fundamental para isso. Essa comunicação popular é utilizada atualmente por diversos movimentos para resistir aos modelos tradicionais de comunicação. Hoje, desenvolvemos grande parte das nossas ações a partir da propaganda em redes sociais para manter a esperança desses jovens viva. A agitação política da vitória tem o objetivo de movimentar seus pensamentos, sonhos, possibilidades e mostrar que essas realizações são possíveis.

Em 2019, ao mesmo tempo em que expandimos, começamos a enfrentar diversos problemas relacionados a essa grande expansão. Em primeiro lugar, tivemos dificuldades para conseguir o número suficiente de educadores para todas as turmas e disciplinas nas unidades dos cursinhos, em segundo lugar, enfrentamos crescentes desafios para formar pedagogicamente e politicamente todos os educadores que estavam entrando na rede, que, somados aos que já atuavam nos anos anteriores, passaram de 200. Da mesma forma, não conseguimos desenvolver e formar um quadro suficiente de coordenadores. Foi a partir de ano de 2019 que começamos a realizar entrevistas de seleção de estudantes, necessárias para que dar conta e

selecionar os mais de 3.000 inscritos para as 500 vagas existentes, criamos uma lista de espera para os que não são selecionados na primeira chamada, e no decorrer do ano conseguimos chamar todos os inscritos. Cabe destacar que as entrevistas não são provas com conteúdo das disciplinas; descartamos esse tipo de seleção porque ela privilegiaria estudantes que possuíssem formação para acertar as questões. Em vez disso, buscamos os que apresentam maior déficit escolar, formulando um questionário com perguntas socioeconômicas e culturais, assim como questões subjetivas que ressaltam conteúdos políticos, necessários para excluir pessoas alinhadas com opressões e políticas de extrema direita. Esse modelo foi necessário porque, a partir de 2019, vimos se acelerarem os desmontes da educação no governo Bolsonaro, com ataques massivos ao Enem e à universidade. Por precaução, criamos esses instrumentos para excluir esses sujeitos e proteger nossos educadores em sala de aula. Simultaneamente, conseguimos renovar as nossas atividades, com diversas ações de interação extraclasse, como festa junina e aulões interdisciplinares integrados em locais como centro histórico e museus. Essas atividades buscam vivências comunitárias e integração entre coordenação, professores e discentes. Buscamos desenvolver na rede um ambiente comunitário, com uma amplitude de ações para que os sujeitos sociais envolvidos ampliem sua visão sobre a educação e visualizem nos cursinhos um espaço de resistência, colocando em prática a ideia de um quilombo educacional.

Com todos os acontecimentos anteriores a 2019, começamos a enfrentar cada vez mais problemas de convivência em sala, tanto com professores quanto entre estudantes, destacando-se os conflitos entre estes últimos. Nossos círculos de cultura possuem esse objetivo, mas nem sempre conseguimos debater e solucionar os conflitos em tempo hábil. Cabe destacar que a sala de aula é o maior espaço de contradições e de formação política. Nesse período, promovemos cada vez mais o debate em sala para desenvolver esse aspecto; alguns, com o tempo, decidem não permanecer nesse espaço, entendendo que esse tipo de educação não funciona e procuram outros locais. Nossa preocupação sempre será com os que permanecem e com a solução dos problemas de sala de aula.

Em relação às aprovações nas IES, tivemos um aumento significativo, tão grande que uma das ações que desenvolvemos todos os anos precisou ser feita em uma van para levar todos os coordenadores e professores às casas dos estudantes

aprovados. Participamos da festa dos calouros nas residências com o objetivo de integrar com as famílias.



Imagem 9: Festa da caloura Ana Clara, no lado direito da foto notamos a van. Foto acervo pessoal.

A expectativa era que, em 2020, a rede aumentasse ainda mais, chegando a espaços que já estavam em diálogo para criação de cursinhos. Porém, com a pandemia, houve uma ruptura muito grande no modelo de educação presencial, esse retrocesso durou dois anos. Nossas atividades foram transformadas em online, com aulas e formações para educadores, em um seminário cujo objetivo era pensar os caminhos para a educação popular pós-pandemia. As aulas online fracassaram e foram paralisadas: o contágio crescente do vírus fez com que os estudantes e professores deixassem as aulas e se concentrassem na sobrevivência. Soma-se a isso a internet precária e espaços inadequados para estudo, que desmotivaram a continuação das aulas. Nos momentos de queda no número de mortes, tentamos novamente o retorno via *Google Meet, Zoom, WhatsApp e Facebook*; contudo, tivemos novo fracasso.

A educação popular desenvolvida atualmente é a mesma de 2011? Acreditamos que sim, no sentido da mobilização das classes populares em relação à sua vida. Estar em um cursinho popular para eles é uma ação que envolve diversas batalhas. E para a permanência deles, buscamos nos cursinhos o desenvolvimento de diversos atos de solidariedade, desde campanhas para a passagem de ônibus até a organização de lanches coletivos e campanhas para papel, pincel para quadro branco, apagadores, tintas para as impressoras, entre outras, organizadas a partir de coleta ou de contribuição comunitária. Nos lanches coletivos, cada um fica responsável por levar algum tipo de sobremesa, alimento, suco, café ou outra coisa; quando não podem, ficam responsáveis por levar em outra atividade quando tiverem condições. Professores e coordenadores também participam da ação. A alimentação comunitária é uma das formas possíveis e necessárias de confraternizar e transformar o espaço dos cursinhos em solidário e comunitário.

De 2011 até a atualidade, os sujeitos envolvidos são os mesmos, possuem a mesma cor de pele, moram nos mesmos lugares, são mulheres que lutam contra a violência, LGBTs, e negros que combatem o extermínio da população negra. Nossa batalha continua em ações que buscam o avanço da consciência e leitura crítica da realidade, mas, como todo trabalho na sociedade, estamos cheios de contradições que avançam cada vez mais e são consequência do momento político que vivemos. Um exemplo dessa contradição foi o que vivi em um debate em 2024, em uma das turmas do cursinho: uma estudante branca e lésbica, durante uma aula sobre genocídio da população negra, sentada no fundo da sala, com outras estudantes pardas, não parava de rir. Em determinado momento da aula, questionei-a sobre como conseguia rir em um assunto tão delicado e complexo; ela então perguntou se eu estava acusando de racismo ou algo semelhante. Durante o desenrolar da questão, ela se levantou e apontou o dedo, dizendo que eu seria denunciado e sofreria as consequências da minha ação, porque ela não conseguiria ficar calada diante de tamanho desrespeito. Essa é uma situação complexa de entender: como uma jovem LGBTI+, que usa o território do Confluências para sua liberdade, pode usar o mesmo espaço para ser racista? O mesmo espaço que é seguro para desenvolver sua sexualidade não é um espaço seguro para uma pessoa negra.

A questão envolve diversos elementos, mas foi admirável a postura de algumas pessoas negras na sala: enquanto elas reagiram à situação, vários outros, brancos, se levantaram e saíram de sala. No dia seguinte, a família dela estava presente no

cursinho para fazer uma espécie de denúncia contra o que tinha ocorrido. Nossa opção foi resolver a questão de forma coletiva em sala de aula, esse elemento é fundamental para uma educação quilombista. A questão não é individual; sempre será uma questão coletiva, deve ser debatida e solucionada coletivamente, ou então sempre será menorizada como algo individual. O governo Bolsonaro, mas não somente ele, jogou a escola e seus educadores contra a família. O professor se transformou em inimigo; essas contradições seguem firmes atualmente. Devemos aproveitar todos esses espaços para conscientizar coletivamente, é importante para que eles entendam que todas são negações de direitos.

Os cursinhos representam espaço fundamental para o desenvolvimento do ser negro, assim como a escola, Oliveira, Pedroza e Paulino (2023), destacam que a experiência dos próprios estudantes devem ser valorizadas, pois eles não chegam no cursinho como páginas em branco, existe grande consciência política formada a partir das suas vivências e se valorizadas em sala de aula se transformam em combustível para conscientização coletiva.

A maioria dos nossos ex-estudantes voltam para os cursinhos na condição de coordenadores e/ou professores/as, eles ainda estão bem próximos em sentido geral tanto professores quanto coordenadores, e estudantes, isso facilita o desenvolvimento de uma pedagogia engajada, hooks (2017), compreende que na pedagogia engajada é necessário conhecer os sujeitos e suas histórias, e levar em consideração esse contexto nas soluções coletivas. Para proporcionar espaços de troca realizamos desde 2025 o café com debate, nesse espaço os estudantes, professores e coordenadores debatem o cotidiano de sala de aula em uma grande roda de conversa. Esse retorno, já como estudantes universitários para atuar como educadores/as também diz muito do papel transformador da educação recebida e da construção da consciência da luta coletiva pelo direito à educação.



Imagem 10: Coordenadores e professores da Rede Confluências na aula inaugural do ano de 2025 na UFPA. Novos sonhos, cores, bandeiras e esperanças. Acervo pessoal

Não podemos nos tornar prisioneiros dos movimentos que criamos
Krenak

Em 2025, 14 anos após o início dos trabalhos de educação popular em Belém, os coordenadores, professores e equipes em Belém, Ananindeua e diversos lugares do Brasil decidimos criar um novo movimento e mudaram o nome para Rede Confluências. Esse nome, ainda provisório, poderá ser reinventado se necessário, expressa o encontro de esperança entre a diversidade de trabalhos existentes no Brasil.

Com a pandemia, aprendemos que o movimento precisa sempre se renovar e criar outras possibilidades de futuro. A luta deve continuar, por mais difícil que seja; devemos construir novas casas, com estruturas sólidas, que se fortaleçam e se alicercem sonhos, utopias e esperanças de um mundo melhor. A luta pelo acesso ao

ensino superior da juventude negra continua sendo nosso principal trabalho. Nos cursinhos populares, construímos e fortalecemos cada vez mais esse instrumento de poder para que eles, na universidade ou fora dela, se fortaleçam e ocupem novos espaços políticos. O futuro é o nosso horizonte!

Nossa renovação passa pelo fortalecimento e criação de novos espaços de exercício educacional e político, como o teatro experimental do Negro, as cozinhas solidárias e as Casas Confluências. Esta última já foi iniciada em Belém com a nossa casa Confluências Belém, nosso centro de formação. É onde fortalecemos nossos quadros políticos com formações, atividades culturais, confraternizações, cinema, espaços de autocuidado, hospedagens e muitas outras iniciativas. Para todas e todos que sonharam, sonham e se organizam na Rede, e que hoje ocupam na sociedade vários espaços políticos de poder, dedicamos este trabalho!

6.2. Os cursinhos populares explicam o mundo

A pandemia de covid-19 precisa ter um papel fundamental em todas as análises sobre a educação; ela é um divisor de águas, deveria ser um capítulo específico, uma tese inteira, livro ou qualquer outro relatório denso. Na educação popular, isso não é diferente. A pandemia promoveu extenso debate, não só local, nos 10 cursinhos da rede nesse período, mas também nacionalmente. Nossa preocupação era sobre o futuro, como seriam as aulas a partir de então, já que, naquela perspectiva, não havia certeza se uma vacina chegaria, e sem contato social, todas as nossas ações deixariam de existir. Salas cheias, aulas inaugurais e tudo mais não poderiam acontecer.

Em meio ao caos que se instaurava, começamos a destacar o papel da solidariedade ativa na reconstrução ou minimização dos problemas que agravavam a sociedade, como consequência dos atrasos na aprovação de políticas públicas, como o auxílio emergencial, e todo o impacto na população preta, especialmente periférica, que trabalhava no mercado informal e começou a passar fome com medidas de lockdown.

Nosso pensamento era que uma sala cheia de estudantes deve ser substituída por uma sala cheia de cestas básicas para distribuir à população; solidariedade ativa é entendida como o conjunto de ações que não deixariam os pratos do povo ficarem

secos, mas que também lutariam pela conscientização, com iniciativas como a cartilha que produzimos.

Naquele ano de 2020, ainda realizamos uma aula inaugural na UFPA. Os integrantes da rede de São Paulo, principalmente, fizeram alertas sobre os riscos da pandemia, mas ainda não existiam casos confirmados da doença. Cinco dias depois, foi decretado que as atividades sociais deveriam ser reduzidas, e posteriormente, houve lockdown. Importante destacar que nenhum estudante ficou doente por consequência da aglomeração da aula. Passamos em todos os cursinhos para informar que as aulas estavam suspensas por medida de segurança e que deveriam voltar em breve, além de debater com os estudantes medidas sanitárias para evitar o contágio. Iniciamos depois de um tempo aulas remotas. Tentamos em diversas plataformas e não tivemos sucesso; os estudantes não aderiram. Muitas pessoas não tinham condições mínimas de acesso, seja por falta de dados de internet ou por local apropriado para estudo — a maioria das casas era de cômodo único, e o acesso ao celular, único meio de acesso à internet, de uso coletivo. Decidimos dar um tempo nos cursinhos porque precisávamos dedicar-nos a campanhas solidárias: arrecadação de alimentos, de material de limpeza, campanhas de conscientização ou ações exteriores aos cursinhos. Na Vila da Barca, por exemplo, os coordenadores participavam de ações para mapear os problemas dos moradores e traçar medidas de auxílio.

Esse período nos mostrou que era necessária uma educação preocupada com a realidade, em detrimento da voltada para uma prova de acesso à universidade. Naquele momento, a necessidade humana básica era sobreviver; todas as outras ficaram em segundo plano. A urgência era conscientizar sobre o vírus e as medidas de prevenção ao contágio. Assim, iniciamos esse suporte nos grupos de WhatsApp, substituindo as aulas e perguntando se as pessoas estavam bem. Sabíamos que, para muitos, esse contato alimentava a esperança de dias melhores. Permanecemos por muito tempo, perguntando como estavam, enviando informações, lutando contra as fake news e cobrando o uso da máscara.

Realizamos diversas ações de saúde, distribuímos máscaras, álcool em gel, alimentos, orientamos as pessoas a buscar os serviços sociais e lutamos para que esse período fosse o mais breve possível. As sequelas da covid ainda são visíveis socialmente; nossa maior dificuldade atual é realizar atividades presenciais, como reuniões e formações, fundamentais para toda a educação popular. Os cursinhos

populares explicam o mundo porque são expressões da realidade social e devem estar conectados à realidade humana.

Afirmar a Educação Popular enquanto direito humano é construir uma estratégia para o combate político das massas contra a insurgência do fascismo e do supremacismo branco. Um horizonte estratégico revolucionário para nós, pretos e pretas, mulheres, periféricos, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, que lutam por uma justiça climática, os principais afetados pelos impactos das mudanças do clima. A crise climática sentida na nossa pele perpassa escolhas políticas e, nesse sentido, ocupar e lutar é nosso horizonte. Por isso, destacamos um programa onde a periferia é o centro, e a educação popular, direitos humanos e justiça climática são nosso combustível.

7. MAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Estar em um cursinho é um ato político consciente? Pensar no que isso significa e na atual situação nacional no que isso se insere? O que é ter experiência política hoje? O que são espaços políticos e o que são os sujeitos políticos? O que isso (estar estudando) impacta na vida desses sujeitos? Pensar para além da lógica de qualificação (conseguimos ir para além da lógica capitalista de se qualificar para o mercado de trabalho?) ver dados dos mapas da periferia sobre educação. Como medir isso? Se essa formação vai para além?

A consciência política pode ser alcançada no decorrer de um ou dois anos de permanência no cursinho, nosso objetivo enquanto espaço de educação popular sempre será esse, porém essa consciência é iniciada aqui e ao longo de vários outros anos construída como uma casa que afeta as outras casas ao seu redor, nesse sentido o acesso ao ensino superior, produzido por esse sujeito social vai impactar inconsciente ou conscientemente a sua vida e de diversas pessoas, pois a mudança estrutural vai aos poucos contribuir para uma mudança na universidade e na sociedade onde estão inseridos, o que de fato já ocorre, pois esses sujeitos não são corpos vazios, estão inseridos em contextos de resistência desde quando começaram sua vida, seus antepassados e seus pares contribuem para essa mudança, portanto

seria limitado esperar que apenas a formação de um militante clássico do movimento estudantil, negro ou sindical é o principal objetivo da formação política dos cursinhos.

A pesquisa é atravessada por questões de sobrevivência e expectativa de vida, o quilombo educacional - cursinho popular, é um espaço de resistência e sobrevivência coletiva. Falar da solidariedade, coletividade, comunidade, são experiências fundamentais para os estudantes permanecerem nas aulas e mostram assim uma forma de educação diferente da que eles vivenciaram durante sua via, algumas ações que existem nos cursinhos, como alimentação coletiva e rodas de saberes e demais ações são fundamentais desenvolver relações que são contra a lógica individualista, meritocrática, é .apostar na questão de comunidade construída por bell hooks em “Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança”. Quilombos são territórios de resistência, no caso da questão educacional, os cursinhos são esse território de práticas de resistência.

Como analisar os processos educativos e sua contribuição para a lei de cotas sem usar métricas tradicionais, como sucesso e aprovação? Acreditamos que devemos entender os processos de educação popular por outras perspectivas, a comunidade, solidariedade, partilha e família são fundamentais, já que a permanência de um estudante ou não nas turmas dependem principalmente disso. Após vários fracassos em cursinhos tradicionais e de mercado, vários estudantes iniciam seu processo de estudos para preparação ao vestibular em cursinhos populares, o que em primeiro momento é fruto da ausência de recursos financeiros para pagamento de um cursinho tradicional, se torna um processo de resistência ao perceberem que existem outras possibilidades de educação. A educação praticada nos cursinhos é o que compreendemos aqui como quilombos educacionais, nela a solidariedade é o foco, a partilha e o sentido de comunidade é o foco

A educação é um instrumento de libertação e o que é libertação no atual contexto amazônico? Segundo o instituto Baobá, são necessárias nove gerações para você sair da pobreza, o caminho pode ser encurtado se tiver acesso ao ensino superior? Ousamos responder que sim! Embora reconheçamos que mais estudos que relacionem raça, ações afirmativas e egressos delas, egressos de cursinhos populares e inserção profissional e social possam nos dizer muito mais.

A produção de trabalhos como o apresentado nessa dissertação são fundamentais para analisar processos educativos produzidos ou influenciados por

uma educação popular que foge das dinâmicas da educação mercadológica. Entendemos a educação popular desenvolvida nos cursinhos e em Moçambique, como espaços de produção humana e educacional do povo negro. Para além de analisar o papel e contribuição dos cursinhos populares, tendo como foco a educação popular produzida nesses espaços, confluímos entre experiências para analisar os encontros entre a educação quilombista praticada nos cursinhos como conhecimento afrodiaspórico,

Essa dissertação de mestrado é fruto de uma experiência prática que atravessa minha formação acadêmica e militante da educação popular, pois consideramos que em bancos escolares, palhoças, em rimas, letras de Marabenta, em produções literárias, livros infantis, em centros culturais, associações de moradores e movimentos sociais, os sujeitos sociais se encontram, produzem, subvertem e reinventam seus processos educacionais como instrumentos de luta e resistência para a vida, sem separá-los das suas necessidades existenciais. Esses processos, longe de serem finalizados, são experiências que se renovam cotidianamente a partir da lógica de mundo.

Procedemos neste trabalho a um grande relato sistematizado das experiências dos cursinhos populares e também de elementos da educação popular de Moçambique, produto da bolsa de sanduíche CAPES, programa Abdias do Nascimento, desenvolvida durante os meses de setembro de 2024 a março de 2025, na cidade de Maputo, Moçambique. Na Universidade Pedagógica de Maputo e nas experiências vivenciadas coletivamente nos cursinhos da Rede Confluências de Educação Popular, antiga Rede Emancipa de Belém e Ananindeua

A educação popular praticada nos cursinhos se transforma, na atualidade, em um espaço estratégico de luta pela garantia do direito à educação da população negra, principal grupo envolvido e construtor desse espaço. Destacamos o direito à educação superior como uma das principais bandeiras de luta da população negra atualmente, e os cursinhos desenvolvem papel fundamental para o sucesso das leis de ações afirmativas, tão essenciais que, a partir do Decreto nº 12.410/2025, que regulamenta a lei Lei nº 10.558/2002, seu papel é garantido enquanto política pública federal, com recursos e auxílio do Ministério da Educação para o seu desenvolvimento.

Analisamos a educação popular praticada nos cursinhos da rede Confluências como novo espaço de desenvolvimento da experiência negra, como eram os espaços de sociabilidade negra como escolas de samba, centros culturais e outros, foram e

são territórios de resistência. Atualmente, os cursinhos populares desempenham papel fundamental para a liberdade da população negra, pois são espaços formativos e de solidariedade onde a educação quilombista proporciona local de experiência formativa e política.

A Afrocentricidade, o Quilombismo e a Escrevivência foram as bases fundamentais para a construção da dissertação porque nos apresentam uma nova perspectiva de entender realidades que antes não eram valorizadas por estarem longe da visão eurocêntrica de ver e entender o mundo. Com as três perspectivas conseguimos analisar as realidades através da logica e da agência negra, o sujeito negro, sua produção e seus espaços de aquilombamento e resistências. Os cursinhos nesse sentido, são os territórios fundamentais para a aplicação da lei de ação afirmativa, nele a maioria negra encontra espaço de formação acadêmica e politica para intervir nas realidades.

Em Moçambique, não encontramos um território específico, como caracterizamos os cursinhos populares, mas identificamos diversas ações da população negra para desenvolver espaços de educação popular e formação, entre elas o rap, com destaque para a produção de Azagaia. Nas letras das músicas, encontramos a divulgação de uma diversidade linguística como produtora de aquilombamentos. As narrativas de vida, feitas a partir de entrevistas orais, também nos indicam esses espaços. Vó Rita relata a formação popular desenvolvida para sua atuação no curandeirismo. Eduardo Salmo apresenta sua formação como artista popular a partir da experiência de resistência construída como alternativa à produção acadêmica colonial desenvolvidas nas escolas que frequentou. Vô Nuro compartilha uma diversidade de elementos de resistência que vivenciou ao longo da vida, em espaços culturais negros, na música, literatura e poesia. Na literatura de Paulina Chiziane e Ungulani Ba ka Khosa, encontramos outros elementos de disputa por narrativas de memórias sobre a vida cotidiana: em Chiziane, o papel dos ritos de iniciação na formação de mulheres e homens; em Ba ka Khosa, a experiência negra por meio da política e das formas de resistência em busca de liberdades. Nos cursinhos e nas práticas moçambicanas, identificamos espaços para desenvolver a experiência negra. Embora em contextos diferentes, essas confluências apontam para espaços de educação popular e da agência negra, papel de destaque nesta dissertação.

Compreendemos neste trabalho que o projeto educacional popular desenvolvido nos cursinhos, não é um projeto limitado ao sucesso da aprovação no vestibular, portanto, não termina com o acesso ao ensino superior. O retorno dos jovens ao movimento de educação popular Rede Confluências faz parte de um processo de integração com outros elementos da vida cotidiana, exercício e desenvolvimento de novas e antigas práticas da experiência negra, especialmente para a juventude, se constituindo como mais um espaço de desenvolvimento do exercício da liberdade. Por outro lado, os jovens e adultos que não conseguem acessar o ensino superior, ampliam suas concepções de liberdade nos cursinhos, objetivo principal da pedagogia quilombista, a educação nesse contexto serve para a vida, se aproximando das dinâmicas trabalhadas no contexto de Moçambique, a escola/cursinho popular é vida e viva, tema que aprofundaremos na pesquisa de doutorado.

8. REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Tradução de Carlos Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ARAUJO, Gilda Cardoso de; NASCIMENTO, Rosenery Pimentel do Nascimento. "Educação Já!" e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos Pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação. **Educar em Revista,** Curitiba, v. 36, e77534, 2020. https://doi.org/10.1590/0104-4060.77534

ARAÚJO, Jurandir de Almeida; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva; JESUS, Marta Lícia Teles Brito. A construção da agenda de pesquisas sobre ação afirmativa na pós-graduação brasileira. **Educação & sociedade**: Revista de Ciências da Educação, v. 43, 2022. https://doi.org/10.1590/ES.254626.

ASSANE, A. I;JULIASSE, A. C. N. (2017). ESCOLA COMO UMA BASE PARA O POVO TOMAR O PODER? Diálogo entre Samora Machel e Paulo freire. Movimento - **Revista De educação**, (7), 209-227. https://doi.org/10.22409/mov.v0i7.428. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32632. Acesso em: 1 jun. 2024.

AZAGAIA. **Ai de Nós**. Youtube, 3 de abr. de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YlYMzTBjScU&list=RDYlYMzTBjScU&start_radio=1. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

AZAGAIA**. Maçonaria (Feat Banda Likute E Guto).** Youtube**,** 25 de mai. de 2016**.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eSWZFyD6G4Q&list=RDeSWZFyD6G4Q&start_radio=1. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

AZAGAIA**. Wa Gaia (Feat. Stewart Sukuma).** Youtube**, 25 de ago. de 2018.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hJp0KArfML4&list=RDhJp0KArfML4&start_radio=1. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

AZEVEDO, F. et al. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), in Paschoal Lemme: Memórias de um Educador, vol. 4, Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf.

BARROS, Angélica; CORDEIRO, Paula; EVENGELISTA, Jorge; SILVA, Lúcia; MEDEIROS, Inêz; BARROSO, Fabíola. Educação Popular na Amazônia: dez anos de Rede Emancipa Belém. In: VASCONELOS, Joana; MENDES, Maíra; MUSSI, Daniela. **Paulo Freire e educação popular: esperançar em tempos de barbárie**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2022. p.353-370.

CAMPAGNI, Caroline Rocha. **Cursinhos populares enquanto ação afirmativa:** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2022.

CHIZIANE, Paulina. **Nikete - uma história de poligamia.** 9. ed. Maputo: Matiko e Arte, LDA, 2019.

CORDEIRO, Paula Maíra Alves. **Educação Popular e Emancipação das Mulheres: o que dizem as egressas do Cursinho Popular Paulo Fonteles da UFPA**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2023

CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco E. Juventude negra, Ensino Médio e democracia: a luta pela escola**. Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e75337, 2020DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.75337

COSTA, Lucinete Gadelha. A pedagogia Freireana na Formação de educadores populares. In: MACHADO, Rita de Cassia Fraga; CASTRO, Amanda Motta (Orgs). **Educação Popular em Debate.** Jundiaí, SP: Paco, 2017. p. 157-169.

DUARTE, Eduardo de Assis. Escrevivências, Quilombismo e a tradição escrita afrodiaspórica. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-47.

EITERER, Carmen Lúcia; MEDEIROS, Zulmira; DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas; COSTA, Tânia Margarida Lima (Orgs). **Metodologia de pesquisa em educação**. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2010.

EMANCIPA. **Relatório parcial de programa de extensão**. Instituto de ciências da Educação, UFPA, 2023.

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-47.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2010.

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. P. 10-32. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386. Acesso em: 15 jan. 2026.

GOMES, Nilma Lino; XIMENES, Salomão Barros. Ações afirmativas e a retomada democrática. **Educ. Soc**., Campinas, v. 43, 2022. https://doi.org/10.1590/ES.269417.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Antônio C. P. **O direito à educação e políticas de expansão do ensino superior público em Moçambique: estagnação, privatização e exclusão (1986-2008).** Avaliação (Campinas), 23 (1), • Jan-Apr 2018 https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000100004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/ZmWNGhxZ9KHZKsmptmhQQnd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 1 jun. 2024.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos**. Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Zahar. 2022.

HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise. Orgs. **10 anos da lei de cotas – Conquistas e Perspectivas**. Rio de Janeiro, RJ, Faculdade de Educação UFRJ: Ação Educativa, 2022. Livro eletrônico.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JULIASSE, Arlindo Cornélio Ntunduatha. Moçambique e suas complexidades educacionais: tensões e resistências nos processos de educação. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, p. e10602, 2022. DOI: 10.22481/praxisedu.v18i49.10602. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/10602. Acesso em: 1 jun. 2024.

JÚNIOR, F. C. G. de M. (2023). “A liberdade exige muito sangue nessas terras”: o rap proibido em rádios de Quelimane. **Conexão - Comunicação E Cultura,** *21*(42). Recuperado de https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/10513

JÚNIOR, João Do Espirito Santo Lima Malcher. **Curso Popular Tf Livre:** Uma Experiência De Educação Popular No Bairro-Território Da Terra Firme, Belém-Pa**.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Do Estado Do Pará, Belém, 2022

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Assim não, senhor presidente!.** Maputo, Moçambique: alcance editorial, 2023.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

MACHADO, Samira Xavier. **A Democratização do Acesso ao Ensino Superior No Brasil e os Cursinhos Populares Da Rede Emancipa**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2020

MACHEL, Samora Moises. Discurso do presidente Samora Machel na reunião com alunos, professores e quadros da educação. *In*: COMBATENTES, Republica de

Moçambique - ministério dos. **Samora Machel na Memória do povo e do mundo.** Maputo, Moçambique: CPHLLN, 2016. p. 59-62

MALCHER JÚNIOR, João Do Espirito Santo Lima. **Curso Popular Tf Livre:** Uma Experiência De Educação Popular No Bairro-Território Da Terra Firme, Belém-Pa. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Do Estado Do Pará, Belém, 2022;

MANDLATE, Ernesto & NIVAGARA, Daniel. **Políticas de acesso ao ensino superior em Moçambique: progressos e desafios da sua implementação**. Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá. 22 n. Número 1, (2019): Temas Livres em Educação, Psicologia e Ambiente. Disponivel em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/5752

MENDES, Maíra. **INCLUSÃO OU EMANCIPAÇÃO? um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes/rede emancipa na Grande São Paulo.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOURA, Maria Rosimére Salviano de; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. "Não é assim de graça!": Lei de Cotas e o desafio da diferença. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 22, Número 3, setembro/dezembro de 2018: 593-601.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo** – Documentos de uma militância pan-africanista. 2. Ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. O Conceito De Quilombo e a Resistência Afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014. recurso digital (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira 2)

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia africana - das independências às liberdades.** 3. ed. Maputo, Moçambique: Paulinas, 2018.

NYERERE, Julius Kambarage. **Uhuru na Umoja (Liberdade e Unidade):** Ensaios sobre Socialismo, 1967

OLIVEIRA, Nathália Pereira de; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto, **Escrevivências: Possibilidades para uma educação antirracista.** Rev. Bras. Educ. 28 • 2023 • https://doi.org/10.1590/s1413-24782023280101 Disponivel em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yZbrhPW3VtLpbhv5jGNvjwb/?format=html&lang=pt acesso: 05 Jan 2026.

REGO, Teresa Cristina. Trajetória intelectual de pesquisadores da educação: a fecundidade do estudo dos memoriais acadêmicos. **Revista Brasileira de Educação**, v.19, p. 779-800, 2014.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Juliette Scarlet Galvão Aires. **Cursinho Popular Marielle Franco:** A Luta do Emancipa Com Os/As “Excedentes” do Enem Pelo Ingresso na Universidade Pública. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez Editora. Edição do Kindle, 2017.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 7ª ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

SILVA, Lúcia Isabel; CORDEIRO, Paula Maíra; EVANGELISTA JÚNIOR, Jorge Martins. Processos de Educação Popular das Juventudes Negras e Periféricas. **Momento - Diálogos em Educação,** v. 31, p. 57-74, 2022.

SILVA, Lúcia Isabel da Conceição. Avaliação das políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros Estudo de Caso UFPA. In: HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise. Orgs. **10 anos da lei de cotas – Conquistas e Perspectivas**. Rio de Janeiro, RJ, Faculdade de Educação UFRJ: Ação Educativa, 2022. Livro eletrônico.

SOUSA, Claudia Oliveira. **O acesso à universidade e o destino social de ex-alunos de cursinhos Populares.** Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SOUSA, Maria Inês De Oliveira. **Gênero e Educação Popular: um estudo do cursinho popular Emancipa Floresta e sua contribuição para uma pedagogia feminista da UFMG**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2023.

VIEIRA DOS SANTOS, Bruno. Juventude, memória e aquilombamento: todo mundo contra o epistemicídio. **Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 90–100, 2025. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/57939. Acesso em: 5 Jan. 2026.